mesma 2.^a Direcção Geral, fundada em especial habilitação do médico na prática cirúrgica documentada ou reconhecida no exercício da clínica no mesmo Hospital como operador ou ajudante de operador.

Art. 3.^o Será de três a cinco anos a duração dos encargos acima designados, não devendo, durante este período, serem distraídos para outra comissão de serviço os médicos que para elles tenham sido nomeados definitivamente.

§ único. Para se exercer estas comissões pelo período indicado são indispensáveis as boas informações de assiduidade e competência profissional especial, dadas pela direcção do Hospital.

Art. 4.^o Como adjunto do encarregado do gabinete de física médica, sob cuja direcção se vá habilitando na prática da especialidade, servirá um dos médicos do serviço geral, que sairá da escala do serviço de dia ao Hospital sempre que o número destes médicos, incluindo o mesmo adjunto, exceda o número de quatro.

Art. 5.^o Para ajudante do encarregado das operações nomeará a direcção do Hospital da Marinha um primeiro ou segundo tenente médico que, em serviço no Hospital, tenha revelado tendências e aptidões para a prática cirúrgica, e que ficará adstrito a este serviço enquanto não lhe pertencer por escala serviço de embarque e dêle der boa informação o encarregado das operações.

Art. 6.^o A clínica das doenças da boca e dentes será feita pelo encarregado da cirurgia dentária.

Art. 7.^o A clínica das doenças dos olhos e as operações e observações para esclarecimento da Junta de Saúde Naval, sobre tais órgãos e suas funções serão, feitas pelo encarregado da oftalmologia.

Art. 8.^o A clínica das doenças dos ouvidos, nariz e laringe e as operações e observações para esclarecimento da Junta de Saúde Naval, sobre tais órgãos e suas funções, serão feitas pelo encarregado da oto-rino-laringologia.

Art. 9.^o A clínica das doenças das vias urinárias e as operações e observações para esclarecimento da Junta de Saúde Naval, sobre tais órgãos e suas funções, serão feitas pelo encarregado de tal especialidade.

Art. 10.^o A clínica dos doentes em que haja aplicação de agentes físicos, como massagens, electricidade, hidroterapia, luz, raios X, etc., será feita pelo encarregado do gabinete de física médica e seu adjunto.

§ único. Ao mesmo médico pertencem todos os exames e aplicações necessárias para esclarecimento doutros clínicos e da Junta de Saúde Naval, pelo emprego dos meios da sua especialidade.

Art. 11.^o A clínica das doenças infecciosas e infecto-contagiosas e as dos doentes suspeitos de bacilose será desempenhada pelo médico encarregado do gabinete de bacteriologia.

Art. 12.^o A clínica dos doentes que tenham sofrido operação de grande cirurgia será feita pelo médico operador e seu adjunto.

Art. 13.^o O clínico dos doentes operados e os clínicos das especialidades acumularão os respectivos serviços com os da clínica de doenças comuns que, por forma equitativa, lhe fôr distribuída pela direcção do hospital.

Art. 14.^o O médico encarregado das operações, o do gabinete de bacteriologia e o da física médica serão professores do curso de enfermagem.

Art. 15.^o O clínico das doenças da boca e dentes ministrará aos cabos e sargentos enfermeiros o ensino prático elementar do tratamento dos dentes e gengivas.

§ único. Este ensino será em cursos trimestrais, com lições de uma hora, três dias por semana, constando a parte teorica apenas dos rudimentos indispensáveis à compreensão da prática, e limitando-se esta à limpeza dos dentes com extracção do tártaro, tratamento local da odontalgia e ablação de dentes.

Art. 16.^o Ficam sem efeito as disposições do regulamento de saúde aprovado pelo decreto n.^o 1:061, do 18 de Novembro de 1914, contrárias às deste decreto e especialmente as expressas nos artigos 18.^o, 20.^o, 21.^o, 57.^o, 58.^o, 60.^o, 61.^o e 73.^o a 76.^o.

O Ministro da Marinha o faça publicar. Paços do Governo da República, 14 de Janeiro de 1920. — ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA — *Silvério Ribeiro da Rocha e Cunha.*

4.^a Direcção Geral

2.^a Repartição

2.^a Secção

Rectificação

No mapa B anexo ao decreto n.^o 5:703, de 10 de Maio de 1919, publicado no *Diário do Governo* n.^o 116, 1.^a série, de 18 de Junho último, suprima-se, na parte referente ao pessoal da Delegação Marítima de Velas (Ilha de S. Jorge), o seguinte: «1 cabo de mar para folga». E ao quadro do pessoal da Delegação Marítima de Santa Cruz (Ilha Graciosa), acrescente-se: «1 cabo de mar para folga».

4.^a Direcção Geral da Marinha, 30 de Dezembro de 1919. — O Director Geral, *Pedro Berquó*, contra-almirante.

MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PUBLICA

Direcção Geral do Ensino Primário e Normal

2.^a Repartição

Decreto n.^o 6:351

Tendo-me sido presente o projecto de regulamento interno da Escola Normal Primária de Lisboa, elaborado nos termos do n.^o 6.^o do artigo 271.^o do decreto n.^o 6:137, de 29 de Setembro último, bem como dois apêndices ao mesmo regulamento;

Usando da faculdade que me confere o n.^o 3.^o do artigo 1.^o da lei n.^o 891, de 22 de Setembro de 1919, que alterou a Constituição Política da República Portuguesa:

Hei por bem, sob proposta do Ministro da Instrução Pública, aprovar o referido regulamento e seus dois apêndices, que fazem parte integrante do presente decreto e vão assinados pelo mesmo Ministro.

O Ministro da Instrução Pública assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 14 de Janeiro de 1920. — ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA — *Joaquim José de Oliveira.*

Regulamento interno da Escola Normal Primária de Lisboa

CAPÍTULO I

SECÇÃO I

Disposições gerais

Artigo 1.^o As disposições deste regulamento são um desenvolvimento e complemento da lei n.^o 233, de 7 de Julho de 1914; do decreto n.^o 2:213, de 10 de Fevereiro de 1916; do decreto com força de lei n.^o 4:579, de 11 de Julho de 1918; dos decretos de 11 de Julho, 10 e 12 de Agosto e 9 de Setembro de 1918; do decreto com força de lei n.^o 5:787-A, de 10 de Maio de 1919, do decreto n.^o 6:137, de 29 de Setembro de 1919 e os quais nele se consideram integrados para os devidos efeitos.

Art. 2.º A soberania da Escola reside no conjunto do seu corpo docente e é exercida colectivamente pelos seus conselhos escolar, administrativo, de trabalhos manuais e pedagógicos, pela direcção e comissões, suas delegadas, e não individual e isoladamente por cada um dos seus membros.

Art. 3.º A todos os funcionários e empregados cumpre respeitar e fazer respeitar as supracitadas disposições e as dèste regulamento — condição basilar para que os diversos órgãos que constituem a Escola, tenham vida, funcionem bem, se desenvolvam e se aperfeiçoem.

Art. 4.º É permitida a assistência às aulas de pessoas estranhas, com prévia licença da direcção e do respectivo professor.

§ único. O assistente tem de sujeitar-se, sem privilégio, a todos os preceitos regulamentares.

Art. 5.º Não é permitida a entrada de indivíduos estranhos aos corpos docente e discente e pessoal menor, nos corredores e mais lugares destinados aos alunos e alunas. Só lhes é permitida permanência no vestibulo e nas salas de espera expressamente consagradas a êsse fim.

Art. 6.º Salvo no vestibulo e corredores do andar térreo, não é permitido andar de chapéu, dentro do edificio da Escola.

Art. 7.º Só é permitido fumar nos lugares expressamente reservados a êsse fim.

SECÇÃO II

Do emprêgo do tempo

Art. 8.º A Escola abre todos os dias lectivos, meia hora antes do início das aulas ou dos trabalhos escolares, e fecha às 16 horas.

Art. 9.º As aulas começam e terminam precisamente às horas marcadas no horário, sem que haja tolerância.

Art. 10.º As aulas não podem ser interrompidas, seja sob que pretêxto fôr; e, quando haja necessidade de fazer alguma comunicação ao respectivo professor, ou que alguém o procure para lhe falar, aguardar-se há o termo delas.

Art. 11.º As comunicações que os empregados tiverem de transmitir às turmas serão feitas precedendo licença do professor, no momento da chamada, ou no final da aula, depois do sinal da saída.

Art. 12.º Nos dias feriados e períodos de férias legais estão fechadas as aulas, excepto para o efeito dos exames de admissão à matrícula da Escola.

Art. 13.º Nos feriados eventuais, ou quando, por qualquer motivo, não haja aulas ou trabalhos escolares, a abertura da Escola é às 10 horas.

Art. 14.º Não é permitida a concessão de feriados extraordinários, seja qual fôr o pretexto.

Art. 15.º Não é permitida a tolerância de ponto nem a concessão de feriados que antecipem ou prolonguem o período legal das férias.

Art. 16.º Ao Conselho Escolar, por sua iniciativa ou por proposta da direcção, cumpre dar em cada semestre um dia feriado privativo para a Escola como comemorativo de qualquer facto da vida escolar ou da educação nacional, devendo ser sempre diverso o motivo da comemoração.

Art. 17.º A organização de festas, ensaios ou outros trabalhos e occupações educativas, não podem prejudicar nem alterar o regular funcionamento e frequência das aulas.

SECÇÃO III

Da matrícula

Art. 18.º Os requerimentos para matrícula, quer com exame de admissão, quer sem êle, devem ser ins-

truídos com os documentos exigidos no regulamento geral.

Art. 19.º O prazo estabelecido no artigo 234.º do Regulamento geral só diz respeito aos documentos exigidos nos n.ºs 1.º e 5.º do artigo 235.º, se o requerente alegar impossibilidade de os apresentar quando requerer matrícula.

§ único. O documento exigido pelo artigo 236.º pode ainda ser apresentado em Outubro, quando o candidato só nesse mês o possa produzir.

Art. 20.º Todos os alunos admitidos à matrícula são obrigados, até o momento de assinarem o respectivo termo, a entregar na secretaria da Escola três retratos seus, iguais, com as dimensões de seis por sete centímetros, e em que estejam fotografados de busto e em cabelo.

SUB-SECÇÃO I

Do exame de sanidade

Art. 21.º Ficam sujeitos ao exame de sanidade todos os candidatos; são apenas exceptuados os que ao tempo exercerem as funções de professores oficiais, quer como efectivos, quer como interinos.

SECÇÃO IV

Dos exames em geral

Art. 22.º A apreciação das provas e respectiva valorização é da competência e responsabilidade colectiva do júri e todos os seus membros têm o dever de votar as notas de valorização do exame de cada disciplina, competindo ao professor interrogante a proposta da respectiva nota.

Art. 23.º Para cumprimento do artigo anterior e para funcionamento regular e normal do júri, é indispensável a presença constante de todos os seus membros, excepto nas provas escritas em que é suficiente a presença do presidente, do professor da disciplina cuja prova se está prestando e mais de outro membro do júri.

§ único. Não se interrompe, todavia, o exame ou interrogatório pela ausência momentânea e acidental dum dos membros do júri.

Art. 24.º A ordem dos interrogatórios deve ser rigorosamente observada, conforme a estabelecida pelo conselho escolar afixada, três dias antes do começo dos exames, para conhecimento dos interessados.

Art. 25.º Nos termos regulamentares, tanto nos exames de admissão, como nos finais haverá apenas um júri.

§ único. Excepcionalmente e em virtude de circunstâncias de força maior poderá todavia o Conselho Escolar resolver a constituição de mais de um júri, no que respeita aos exames de admissão.

Art. 26.º Nos exames, as provas orais e as pedagógicas são públicas; não o sendo, porém, as provas escritas, e as práticas, pelo que cumpre ao director proibir que, qualquer pessoa estranha ao serviço de exames se aproxime do local em que êles se realizem.

Art. 27.º As provas escritas são feitas em papel fornecido pela Escola e rubricado pelo presidente do júri.

Art. 28.º Quaisquer emendas ou razuras devem ser devidamente ressalvadas pelo aluno.

Art. 29.º Os pontos para as provas escritas, são organizados pelos professores das respectivas disciplinas e aprovados pelo júri ou júris, reunidos em sessão conjunta preparatória.

Art. 30.º Os pontos hão-de conformar-se com os programas das respectivas disciplinas e nunca se aproximam tanto de qualquer exercício feito na aula que a prova correspondente venha a ficar sem valor.

Art. 31.º Os pontos serão tirados à sorte pelo pri-

meiro aluno da pauta do dia. O presidente tomará as necessárias providências para que se conservem secretos os pontos que não foram tirados. Nenhum ponto pode servir para mais dum exame.

Art. 32.º Concluídas as provas escritas, destinar-se hão tantos dias à sua apreciação, quantos os turnos dos alunos examinados.

Art. 33.º Os alunos que desistirem no meio de qualquer prova devem declará-lo por escrito na própria prova.

Art. 34.º Os que faltarem a uma prova devem justificar a sua falta no prazo de vinte e quatro horas, e só serão chamados depois de todos os alunos terem completado os seus exames.

SECÇÃO V

Do exame de admissão

Art. 35.º Cada examinando deve ser sucessivamente interrogado até completar as suas provas orais.

Art. 36.º A escolha dos membros do júri ou júris de exame de admissão, deverá obedecer ao critério de serviços escalonados, de modo que os professores que fizerem serviço de exames num ano sejam dispensados desse serviço no ano seguinte.

SECÇÃO VI

Dos exames finais

Art. 37.º As provas orais dos exames finais são prestadas em três dias sucessivos, com o máximo de quatro interrogatórios por dia.

Art. 38.º Cada examinando é sucessivamente interrogado até completar as provas orais de cada dia.

SECÇÃO VII

Da exposição

Art. 39.º Em cada ano lectivo realizar se há uma exposição de trabalhos, livros e relatórios escolares dos alunos, e respeitantes sómente ao ano lectivo que findou.

Art. 40.º A época da exposição será fixada pelo Conselho escolar.

Art. 41.º Na organização da exposição será respeitada a iniciativa dos alunos; mas nela intervirão o conselho e a vigilância dos professores.

Art. 42.º Não é permitido aos professores induzirem os alunos a realizar trabalhos que tenham como fim especial a exposição escolar ou qualquer outra.

Art. 43.º A rubrica do professor em cada trabalho, exercício, etc., constitui garantia de que o mesmo foi executado pelo aluno.

CAPÍTULO II

Dos conselhos da escola

SECÇÃO I

Do Conselho escolar

Art. 44.º Ao Conselho escolar cumpre observar e fazer observar escrupulosamente as disposições legais e regulamentares.

Art. 45.º As faltas a sessões, tanto ordinárias como extraordinárias, do conselho são, para os efeitos do vencimento, consideradas como faltas às aulas.

Art. 46.º As normas regulamentares das sessões são as estabelecidas pelos usos e costumes das assembleas.

Art. 47.º A ordem dos trabalhos das sessões ordinárias é a seguinte:

1.ª Leitura, discussão e votação da acta:

2.ª Leitura do expediente e resoluções que dêe dorivarem;

3.ª Meia hora para qualquer assunto ou comunicação respeitante à vida académica e do interesse da escola;

4.ª Ordem do dia:

1.ª parte: Assuntos a que se refere o artigo 294.º do regulamento geral.

2.ª parte: Assuntos que constituem os números do artigo 295.º do regulamento geral.

3.ª parte: Assuntos que ficaram para resolução, da sessão ou sessões anteriores.

Art. 48.º Quando do expediente ressaltar assunto de importância e que não possa ser resolvido dentro de meia hora, ficará para a 3.ª parte da ordem do dia da sessão ordinária seguinte; ou quando o Conselho ou a direcção julgar de urgente resolução, marcar-se há imediatamente sessão extraordinária para tal fim.

Art. 49.º Quando dos assuntos ventilados na meia hora, surgir algum importante que careça de estudo e de reflexão mais larga que se não compadeça com esse diminuto espaço de tempo, ficará para a ordem do dia da sessão ordinária seguinte ou, quando o Conselho ou ou a direcção julgar de urgente resolução, marcar-se há imediatamente sessão extraordinária para tal fim.

Art. 50.º Salvo casos de excepcional urgência, as convocações, tanto para sessões ordinárias, como extraordinárias, devem ser feitas com a antecedência de 48 horas e nos avisos convocatórios indicar-se hão os assuntos para ordem do dia.

Art. 51.º As sessões extraordinárias nunca poderão realizar-se com prejuízo do funcionamento regular das aulas.

Art. 52.º As sessões extraordinárias marcar-se hão de harmonia com o que mais convier à maioria quer no que respeita ao dia, quer à hora.

Art. 53.º Votada uma resolução sobre qualquer assunto pelo Conselho, não pode voltar a nova discussão e votação sem que o requeiram três quartas partes dos professores efectivos; o qualquer reconsideração só pode fazer-se em sessão extraordinária.

Art. 54.º Aos professores que não assistirem à sessão em que se tomou certa resolução é, porém, facultado declarar qual teria sido o seu voto, se estivessem estado presentes.

SECÇÃO II

Do Conselho Administrativo

Art. 55.º Os membros do Conselho Administrativo são substituídos nos seus impedimentos pelos seus substitutos legais. Para esse fim o Conselho Escolar elegerá também dois substitutos para os vogais seus representantes.

Art. 56.º Os quatro membros efectivos do Conselho são os claviculários do cofre.

Art. 57.º Sempre que haja substituição dum membro do Conselho proceder-se há ao balanço do cofre.

Art. 58.º O Conselho Administrativo reunir-se há:

1.º No principio de cada ano económico a fim de elaborar a proposta da distribuição da verba orçamental, que há-de ser, presente ao Conselho escolar.

2.º No dia 2 de cada mês, o sendo este feriado, no dia seguinte, para a organização das folhas de pagamento das contas do mês anterior.

3.º No fim do ano económico para organizar o mapa geral da gerência que deve ser presente ao conselho escolar.

4.º Quando o presidente julgar necessário.

Art. 59.º A proposta de orçamento anual será elaborada de harmonia com as necessidades do ensino e com as requisições do professor de higiene, dos professores

encarregados dos museus, laboratórios, oficinas, biblioteca, etc.

Art. 60.º Ao Conselho Administrativo incumbio fazer a distribuição da dotação da escola pelos seguintes capitulos:

- I — Conservação do edificio e anexos, compreendendo o serviço de limpeza;
- II — Pequenas obras de reparação e de melhoramento das condições higiénicas e pedagógicas;
- III — Conservação e progressiva aquisição de mobiliário escolar;
- IV — Material didáctico e outros utensilios para aulas;
- V — Biblioteca;
- VI — Laboratórios e oficinas de experimentação;
- VII — Gimmásios e suas dependências; vestuário e calçado dos alunos;
- VIII — Sanidade escolar;
- IX — Auxilio a visitas e excursões pedagógicas, festas escolares, assistência escolar e associações de carácter essencialmente educativo que funcionem na escola;
- X — Fornecimento de uniforme ao pessoal menor;
- XI — Expediente;
- XII — Iluminação e água;
- XIII — Despesas eventuais.

Art. 61.º No decorrer do ano económico pode o Conselho propor as transferências de verbas que as necessidades de administração aconselharem.

Art. 62.º As reuniões deste conselho realizam-se sem prejuizo do funcionamento das aulas e com a totalidade dos seus membros efectivos.

SECÇÃO III

Da disciplina escolar

SUB-SECÇÃO I

Dos alunos

Art. 63.º A investigação das infracções disciplinares dos alunos a que se referem as disposições regulamentares gerais e nomeadamente o n.º 9.º do artigo 271.º e n.º 11.º do artigo 290.º é cometida a uma comissão de investigação das infracções disciplinares.

Art. 64.º Está comissão compõe-se de três membros: dois que são os professores de Pedagogia e de Psicologia e um nomeado pela direcção para cada caso que fôr ocorrendo. É presidente o vogal mais antigo, e secretário o vogal mais novo.

§ único. Quando se tratar duma aluna, um dos vogais deve ser uma professora.

Art. 65.º A investigação terá por base a participação da infracção e seguir-se há o respectivo auto de declarações do participante e indicação de provas.

§ único. Quando o participante fôr o director é prescindível o auto de declarações.

Art. 66.º No prazo de 48 horas, após as declarações, será produzida a referida prova.

Art. 67.º Em seguida será dado vista por 24 horas ao aluno, o qual depois prestará as suas declarações, que serão reduzidas a auto, e com elas indicará as provas de defesa,

Art. 68.º Produzida esta prova, a comissão redigirá o seu relatório, que será imediatamente presente ao Conselho Escolar para os fins do n.º 11.º do artigo 295.º do Regulamento geral.

Art. 69.º Os vogais do Conselho Escolar poderão pedir esclarecimentos elucidativos aos membros da comissão, e o Conselho poderá ouvir o aluno quando julgar conveniente.

Art. 70.º Quando da votação do Conselho Escolar resultar condenação do aluno, o mesmo Conselho poderá suspender a aplicação da respectiva pena desde que o procedimento e aproveitamento anterior e ulterior à infracção, da parte do aluno dêem garantias de arrependimento.

SUB-SECÇÃO II

Do pessoal menor

Art. 71.º Às infracções disciplinares do pessoal menor applicam-se, nos termos do artigo 374.º do Regulamento geral, as disposições taxativas do regulamento disciplinar dos funcionários públicos, e ao sindicante nomeado cumpre seguir as formalidades cometidas à comissão de investigação a que se referem os artigos anteriores.

SECÇÃO IV

Da comissão permanente dos trabalhos manuais

Art. 72.º A comissão permanente dos trabalhos manuais é composta dos professores das seguintes disciplinas: Modelação, Desenho, Trabalhos manuais, Noções de Agricultura, Economia doméstica, Lances, Educação física, Pedagogia, Higiene escolar, Metodologia e Ciências naturais.

Art. 73.º A esta comissão cumpre em geral:

1.º Dar efectividade à organização sistematizada que e regulamento pelos seus programas confere a esta disciplina, dedicando-lhe o melhor dos seus cuidados.

2.º Conjugiar os esforços, harmonizar e coordenar as actividades dos respectivos professores das disciplinas: Modelação, Desenho, Trabalhos manuais, Noções de Agricultura, Economia doméstica, Lances e Educação física;

3.º Imprimir às referidas disciplinas um espirito de unidade e uma orientação pedagógica firme e de antemão traçada.

4.º Aperfeiçoar e propor ao Conselho escolar todas as modificações e desenvolvimentos que a prática aconselhar a bem destas disciplinas;

5.º Propor a aquisição de material didáctico e mobiliário para as respectivas aulas.

Art. 74.º A comissão reúne, pelo menos, uma vez por mês.

SECÇÃO V

Dos conselhos pedagógicos especiais

Art. 75.º Os professores proprietários das regências das diversas disciplinas do curso normalista formam, com os respectivos professores efectivos e interinos que rejam turmas paralelas, conselhos pedagógicos especiais das suas disciplinas.

Art. 76.º É presidente destes conselhos o professor proprietário, e secretário o professor interino mais novo.

Art. 77.º Reúnem, pelo menos, uma vez por mês e das suas sessões lavrar-se hão as competentes actas que serão presentes na sessão seguinte ordinária do Conselho Escolar.

Art. 78.º Estes conselhos têm por fim principalmente:

1.º Manter a continuidade e unidade de orientação pedagógica adoptada pelo professor proprietário, de modo que em cada disciplina não haja grande discrepância de turma para turma e que o mesmo espirito pedagógico anime todas as aulas;

2.º Aperfeiçoar e desenvolver o ensino da respectiva disciplina e propor ao Conselho Escolar as reformas que julgar convenientes para a intensificação desse espirito pedagógico e que se encontra tam nitidamente expresso no regulamento geral.

CAPÍTULO III

Da Direcção

Art. 79.º A Direcção da Escola incumbe ao Director. É o órgão executivo o coordenador; tem funções essencialmente pedotécnicas e de protecção aos alunos da Escola.

§ 1.º Como órgão executivo e coordenador dos outros diversos órgãos escolares, cumpre-lhe harmonizar todas as actividades num sentido convergente ao bem geral e constante aperfeiçoamento do organismo que superintende.

§ 2.º Como órgão de funções essencialmente pedotécnicas cumpre-lhe inspirar-se nos ensinamentos das sciências da Educação — Pedagogia, Pedologia, Higiene escolar e Metodologia e solicitar pareceres, conselhos e indicações uteis aos respectivos professores em todos os assuntos que não tenham caracter de mera administração e em que o Regulamento não indique taxativamente o seu procedimento.

§ 3.º Como órgão protector dos alunos cumpre-lhe ser defensor, por excelência, dos interesses e direitos dos alunos e o zelador meticoloso da sua educação.

Art. 80.º A sua acção prolonga-se para além da Escola em tudo que a sua intervenção ofereça êxito e o seu conselho tenha possibilidade de acatamento.

Art. 81.º O Director deve dar o exemplo daquela rigorosa pontualidade e daquele esculpido cumprimento das obrigações e deveres que é a condição essencial de vida e de progresso dum estabelecimento de Educação.

§ 1.º O Director é nomeado pelo Governo entre os professores efectivos mediante eleição do Conselho Escolar, feita em lista triplíce.

§ 2.º São eleitores: Todos os professores efectivos, um representante dos professores interinos por eles eleito, e um representante do corpo discente da escola eleito pelos alunos da 3.ª classe.

Art. 82.º O Director deve tomar posse do seu cargo dentro de 15 dias seguintes à publicação da sua nomeação no *Diário do Governo*.

§ único. Se a publicação desta nomeação no *Diário do Governo* se não fizer nos quinze dias que se seguirem à eleição para Director, tomará posse interina d'êste cargo o mais votado dos eleitos, e em igualdade de votação o mais velho dos eleitos.

Art. 83.º Quando o Director se tenha demittido, comunicá-lo há ao professor mais antigo, que assumirá imediatamente a direcção da Escola e mandará convocar, dentro de 48 horas, o Conselho escolar para se proceder à respectiva eleição.

Art. 84.º A direcção cumpre a observância rigorosa de todos os preceitos regulamentares gerais.

Art. 85.º Quando o Director se negar a cumprir as resoluções do Conselho Escolar, nos termos do n.º 4.º do artigo 271.º do regulamento geral, deverá participá-lo ao dito Conselho imediatamente, após a votação, ou dentro do prazo de 24 horas.

Art. 86.º Nestas circunstâncias, cumpre ao director declarar por escrito as razões do seu procedimento, ou convocar o Conselho extraordinariamente para as expôr.

Art. 87.º O director mandará afixar num quadro exposto ao público:

a) Os dias e horas em que lhe será presente o expediente da secretaria;

b) Os dias e horas especialmente destinados à recepção dos pais, tutores ou encarregados da educação dos alunos;

c) Os dias e horas consignados aos assuntos da associação escolar.

Art. 88.º O Director deve permanecer no edificio da

Escola em todos os dias lectivos, desde a meia hora anterior ao início dos trabalhos escolares até ao seu encerramento.

§ único. Quando o serviço official o obrigue a ausentar-se momentaneamente será substituído pelo professor mais antigo que estiver na Escola.

Art. 89.º O Director, quando regendo as suas aulas, será, para todos os efeitos, considerado como qualquer outro professor, com os mesmos direitos e deveres, e as suas aulas não podem, sob pretexto algum, ser perturbadas, interrompidas ou de menor duração à estabelecida no horário, não devendo observar-se a menor excepção ao que está regulado para os demais professores.

Art. 90.º Ao Director incumbe:

1.º Submeter à discussão e voto do Conselho escolar, com o parecer dos professores de Pedagogia, Pedologia e Metodologia, o plano de organização e distribuição dos trabalhos práticos de estagiários dos alunos-mestres da 2.ª e 3.ª classe, junto das escolas anexas e das escolas primarias públicas ou particulares da capital.

2.º Pôr em execução êsse plano, quando aprovado pelo Conselho e para êsse fim fazer as necessárias diligencias perante quem de direito competir.

3.º Submeter nos termos do artigo 176.º ao voto do Conselho escolar, no principio de cada ano lectivo, e um plano de excursões para êsse ano.

CAPÍTULO IV

Da Secretaria

Art. 91.º A secretaria cumpre desempenhar todo o preceituado no regulamento geral.

Art. 92.º A secretaria está aberta todos os dias úteis das 10 às 16 horas.

Art. 93.º Durante êste período de tempo deve haver sempre pessoa idónea que saiba ocorrer às exigências do expediente e responder ao público consulente.

Art. 94.º Não é permitida a permanência na Secretaria de individuos estranhos aos seus serviços e que perturbem o pessoal no cumprimento das suas obrigações.

Art. 95.º Aos alunos essa permanência só é permitida pelo tempo restritamente indispensável para receberem ou darem as informações de que careçam ou que tenham necessidade de transmitir.

Art. 96.º O pessoal da secretaria só recebe ordens directas do Secretário.

Art. 97.º O Secretário é substituído nos seus impedimentos, ou na sua ausência em caso de urgente necessidade, pelo professor mais moderno.

Art. 98.º Compete especialmente ao amauense:

1.º Auxiliar o Secretário em todo o serviço de expediente;

2.º Manter em dia os livros de ponto do pessoal menor e das aulas, fazendo diáriamente a sua abertura e encerramento;

3.º Organizar até o dia 3 de cada mês a lista mensal das faltas dos alunos, para a sua afixação e conhecimento dos interessados;

4.º Organizar no fim de cada ano lectivo, formando livros, todos os boletins disciplinares e as relações de faltas mensais, devendo gravar-se na lombada o título e o ano.

5.º Preencher os impressos onde se lançam mensalmente as faltas, notas de aproveitamento e comportamento de cada aluno, os quais depois de assinados pelo director serão enviados aos encarregados da educação dos alunos.

CAPÍTULO V Da Biblioteca

Art. 99.º Ao Bibliotecário cabe o cumprimento dos preceitos contidos no regulamento geral e, em especial, no artigo 285.º

Art. 100.º A biblioteca está aberta todos os dias das 9 às 16 horas, podendo esse tempo prolongar-se excepcionalmente por mais uma hora, mediante autorização do Director.

Art. 101.º Os professores podem frequentá-la a qualquer hora e permanecer nela o tempo que lhes for necessário aos seus estudos.

Art. 102.º Os alunos podem frequentá-la nos intervalos lectivos superiores a 15 minutos e após o último tempo lectivo.

Art. 103.º É expressamente proibido utilizar a biblioteca como lugar de reunião e de conversa, perturbar os estudiosos nas consultas e leituras de livros.

Art. 104.º Em regra, não é permitida a saída ou empréstimos de livros para fora da biblioteca.

Art. 105.º Quando algum professor carecer de livros, como material didáctico, requisitá-los há na véspera da lição, ao Bibliotecário, que dará as necessárias ordens para elles estarem presentes por ocasião da aula.

Art. 106.º O Bibliotecário só poderá emprestar livros com permissão de saírem da Escola, nos termos dos artigos seguintes.

Art. 107.º Só podem ser emprestados aos alunos as obras constantes da relação afixada na respectiva biblioteca, relação que será revista periodicamente pelo Conselho Escolar.

Art. 108.º Para o efeito dos empréstimos, haverá:

1.º Livro impresso de requisições, com talões picados onde quem requisita o livro ou livros porá a sua assinatura como garante e responsável. A requisição será colocada no lugar do livro ou livros, quando a obra for mais de um volume.

2.º Livro alfabetado onde se inscrevam os nomes dos indivíduos a quem se emprestou o livro ou livros e referência ao número do talão.

Art. 109.º A medida que os livros vão sendo entregues, far-se há a respectiva descarga no livro alfabetado e trancar-se há o talão com entrega ao requisitante do respectivo recibo.

Art. 110.º A ninguém é permitido ter em seu poder qualquer obra por mais de três meses, nem mais de cinco obras ao mesmo tempo.

Art. 111.º Aquele que retiver em seu poder qualquer obra além desse prazo, não lhe será permitido levar nova obra, ainda que seja uma só a que possuía abusivamente.

Art. 112.º Nenhum aluno poderá ser admitido a qualquer acto escolar ou a exames sem previamente haver restituído os livros ou livro que abusivamente tenha em seu poder.

Art. 113.º O aluno que sair da Escola ficando com livros da biblioteca, não obtem qualquer certidão sem que tenha feito essa entrega.

Art. 114.º Se aquele a quem tiver sido confiado um livro, o perder, o abandonar, o estragar ou o sujar, ser-lhe hão prohibidos novos empréstimos, enquanto não indemnizar a Escola.

Art. 115.º O Bibliotecário organizará no começo de todos os anos lectivos e para cada classe, uma colecção de obras denominada «Biblioteca Normalista», que contará as espécies rostritamente indispensáveis para que cada aluno bem cumpra as suas obrigações de estudante e se vá iniciando na auto-educação.

Art. 116.º Na biblioteca haverá tantas dessas colecções quantas for possível adquirir e organizar.

Art. 117.º O Bibliotecário escolherá de entre os contínuos, aquele que há-de fazer serviço na biblioteca.

CAPÍTULO VI

Dos museus, laboratórios, gabinetes de experimentação, etc.

Art. 118 Além do disposto no artigo 354.º do Regulamento geral, cumpre a todos os professores o embelezamento das respectivas aulas e a elles cabe igualmente o exigir uma perfeita limpeza e arrumação das dependências exclusivamente reservadas às disciplinas que regem,

Art. 119.º Os professores proprietários são os conservadores natos do respectivo mobiliário e material didáctico e das dependências em que se encontrem instaladas as suas aulas, oficinas, laboratórios, gabinetes, etc.

§ 1.º Ao professor de Pedagogia incumbe especialmente a organização e conservação do museu geral de Pedagogia.

§ 2.º Ao professor de Metodologia a organização e conservação dos museus pedagógicos especiais referentes aos diversos métodos e processos de Educação.

§ 3.º Estes professores substituem-se reciprocamente no exercício destas funções.

Art. 120.º Os professores escolherão de acôrdo com o Director entre o pessoal menor quem lhes preste habitualmente serviços nos respectivos gabinetes, laboratórios, oficinas, etc.

Art. 121.º Estes serviços devem ser compatíveis com os serviços gerais de limpeza e de vigilância durante as aulas, intervalos e recreios, etc.

Art. 122.º Os alunos de 1.ª classe auxiliarão por turnos semanais de três, os professores nos seus trabalhos de organização e conservação dos museus, laboratórios, gabinetes de experimentação, biblioteca, etc.

Art. 123.º Os professores farão, com aprovação do Conselho escolar, os necessários regulamentos dos respectivos gabinetes, oficinas, etc.

CAPÍTULO VII

Da associação escolar, cantina e caixa escolar

Art. 124.º Para cumprimento no disposto nos artigos 376.º e 377.º do regulamento geral, na Escola Normal deve haver duas associações escolares, uma para os alunos das escolas anexas, outra para os alunos normais, com secções em que estejam incluídas a cantina e a caixa económica, a fim de que o espirito de sociabilidade e de solidariedade prevaleça sobre quaisquer outros intuitos menos educativos.

Art. 125.º O tipo da associação deve ser o mixto, organizado sob o padrão português denominado «Solidárias» em que a gerência é exercida por alunos e professores numa comunhão de actividade, tendo todos iniciativa e interessando-se e dedicando-se todos pela associação comum, formando um todo homogénio e solidário.

Art. 126.º Esta associação visa a manter as mais estreitas relações amistosas entre professores e alunos, podendo aqueles exercer mais eficazmente a sua acção educadora.

Art. 127.º A associação terá quatro secções, cujo objectivo especial visa ao aperfeiçoamento e á educação dos sócios sob os aspectos fisiológico, estético, intelectual e social.

Art. 128.º A cada uma delas presidirá um professor sócio da associação e eleito pelas assembleas de turmas.

Art. 129.º A associação dos alunos funcionará em dependências da Escola, especialmente consagradas a esse fim.

Art. 130.º A todos os funcionários cabe o dever moral de contribuir com a sua boa vontade, bons officios e serviços para o engrandecimento e progresso da associação escolar, onde praticamente se applicarão numa acção directa, os princípios básicos da educação social.

Art. 131.º Ao professor de Educação social incumbe

consignar especial atenção à vida e desenvolvimento das associações escolares, fazer a sua propaganda entre os alunos e diligenciar criar nêles, o espírito associativo e da mutualidade de serviços, de solidariedade.

Art. 132.º Os estatutos e demais regulamentos internos desta associação devem ser da iniciativa dos alunos coadjuvados e aconselhados pelo professor de Educação social e direcção da escola e submetidos à aprovação do Conselho escolar.

Art. 133.º Depois de aprovados farão parte d'este Regulamento e serão integrados neste capítulo.

Art. 134.º Ao professor de Educação social serão incluídos no seu horário, para efeito do seu vencimento, as horas que consagrará à associação, o para esse efeito incluídos no horário geral.

Art. 135.º Nos termos do artigo 132.º são incluídos nos artigos subsequentes os estatutos da associação escolar:

Art. 136.º A associação escolar denomina-se Associação dos Alunos da Escola Normal Primária de Lisboa (Bemfica).

Art. 137.º O Capítulo I trata da «Sede, fins e organização»; o Capítulo II trata dos «Sócios»; o Capítulo III trata da «Gerência»; o Capítulo IV trata da «Distribuição das receitas».

Art. 138.º (artigo 1.º): «A Associação dos Alunos da Escola Normal Primária de Lisboa é um grémio escolar e post-escolar, e funciona no edificio da mesma escola».

Art. 139.º (artigo 2.º): «Os seus fins são:

a) Estabelecer relações de solidariedade entre os sócios e respectivas famílias, assim como perpetuar nos alunos saídos da escola a vida de boa camaradagem que devem sempre manter entre si;

b) Educar e desenvolver o espírito pedagógico dos associados, pondo-os em relação com as entidades pedagógicas nacionais e estrangeiras e com elas permutar ideias, e levá-los principalmente a interessar-se pelo sujeito da educação — a criança portuguesa».

Art. 140.º (artigo 3.º): Para realizar estes fins a associação divide-se em quatro secções, que envolvem respectivamente os quatro objectivos da educação: educação fisiológica, estética, intelectual e social.

§ 1.º Compete à primeira secção realizar passeios, excursões, jogos e festas com carácter higiénico e desportivo. — criando a Saúde na Escola;

§ 2.º Compete à segunda secção realizar jogos, excursões artísticas, festas, conferências, exposições literárias e essencialmente artísticas, em que se cultiva sistematicamente o gosto estético — criando a Arte na Escola;

§ 3.º Compete à terceira secção realizar excursões científicas, festas, conferências, exposições, leituras, congressos científicos profissionais, em que se cultive a necessidade do saber e o interesse científico — criando a Ciência na Escola;

§ 4.º Compete à quarta secção realizar sessões, leituras, conferências de propaganda de coesão social e de auxílio mútuo, de dedicação e de abnegação à colectividade — criando a Solidariedade na Escola;

§ 5.º À primeira secção compete combinar com as demais secções os diversos meios destinados a constituir e desenvolver o fundo destinado às excursões;

§ 6.º A terceira secção cumpre o encargo de manter, quando as circunstâncias o permitam, um periódico ou revista, órgão da associação;

§ 7.º Na secção 4.ª haverá, entre outras instituições:

a) Uma cantina escolar, que fornecerá aos sócios efectivos um lanche em todos os dias lectivos;

b) Uma caixa de previdência e de auxílio económico.

§ 8.º As instituições de que trata este parágrafo terão regulamentos especiais e serão administradas por sub-comissões compostas de sócios escolhidos pelo corpo dirigente da secção».

Art. 141.º (artigo 4.º): «A associação é um organismo federal e agrega todos os órgãos associativos da escola».

Art. 142.º (artigo 5.º): «Cada turma formará, com todos os alunos que sejam sócios da associação, uma «Solidária», com tantas secções quantas são as da associação».

§ único. Cada secção da associação está em constantes relações com as secções congêneres de cada Solidária.

Art. 143.º (artigo 6.º): «Cada Solidária tem o rendimento próprio das suas cotas».

Art. 144.º (artigo 7.º): «Há três categorias de sócios: efectivos, aderentes e honorários».

§ 1.º Consideram-se sócios efectivos os professores e alunos da escola que contribuam com a sua cota.

§ 2.º Consideram-se sócios aderentes:

a) Os ex-alunos da escola que continuem a pagar a sua cota;

b) Quaisquer pessoas estranhas ao corpo docente e discente e que contribuam com a sua cota.

§ 3.º Consideram-se sócios honorários os indivíduos que, tendo prestado relevantes serviços à associação, foram declarados como tais por proposta da gerência e aprovação das assembleas das classes».

Art. 145.º (artigo 8.º): «Todos os sócios têm iguais direitos e deveres, excluindo os direitos que respeitam à Cantina Escolar que só recaem nos sócios efectivos».

Art. 146.º (artigo 9.º): «Os sócios efectivos têm os seguintes direitos:

1.º Examinar e fiscalizar sempre que queiram as contas e os livros da associação;

2.º Discutir e votar nas assembleas da classe todas as medidas referentes à associação;

3.º Apresentar perante a gerência quaisquer reclamações ou alvitres tendentes a beneficiar a associação;

4.º Tomar parte nas excursões;

5.º Assistir a conferências, sessões, saraus e quaisquer festas organizadas pela associação, quer gratuitamente, quer com um bonus nunca inferior a 10 por cento, quando forem pagas;

6.º Elegger e constituir a gerência;

7.º Utilizar-se das refeições da cantina nos termos do seu regulamento;

8.º Requerer a convocação da assemblea da classe, quando nisso concorde pelo menos um tércio dos alunos sócios da associação, na referida classe».

Art. 147.º (artigo 10.º): «Os sócios aderentes e honorários tem os mesmos direitos com excepção dos n.ºs 2.º, 6.º, 7.º e 8.º».

Art. 148.º (artigo 11.º): «Os sócios efectivos têm os seguintes deveres:

1.º Dar todo o apoio moral e fraternal aos seus discípulos como aos que deixarem de ser e continuem sendo sócios;

2.º Dar lhes sempre o seu apoio material em tudo que lhes for útil;

3.º Dar-lhos todo o necessário incitamento dentro das suas forças, para que não tenham desfalecimentos ou desânimos nas lutas pelo saber e nos estudos profissionais;

4.º Os mais velhos e adiantados facilitarão os estudos aos mais novos e menos adiantados, guiando-os e auxiliando-os nas dificuldades a vencer;

5.º Respeitar e cumprir os estatutos e regulamentos;

6.º Interessar-se e promover nos limites das suas forças e pelos meios ao seu alcance o engrandecimento e progresso da associação;

7.º Aceitar qualquer cargo para que foram eleitos;

8.º E, em geral, contribuir com o seu trabalho todas as vezes que a associação dêle necessita;

9.º Pagar adiantadamente a cota mínima mensal de \$10;

10.º Comprar um exemplar dos estatutos.

Art. 149.º (artigo 12.º): Os sócios aderentes têm os mesmos deveres com excepção dos consignados no n.º 7.º

Art. 150.º (artigo 13.º): Deixam de ser sócios:

1.º Os que infringirem os estatutos e regulamentos;

2.º Os que a gerência julgar indignos de pertencer à associação, por actos contrários à solidariedade que deve sempre manter-se entre todos os associados;

3.º Os que nas visitas de estudo, excursões escolares, ou quaisquer outras manifestações colectivas, não se comportarem devidamente;

4.º Os que se atrazarem no pagamento de duas cotas e não satisfaçam o seu débito no prazo de dez dias a contar daquele em que foram avisados pela gerência.

§ único. Os sócios que por impossibilidade momentânea não possam satisfazer as suas cotas, participá-lo hão à gerência que lhes poderá conceder um prazo para pagamento até seis meses.

Art. 151.º (artigo 14.º): Para dirigir os serviços da associação, há as assembleas de classe e a comissão de gerência.

Art. 152.º (artigo 15.º): A gerência da associação é exercida por uma comissão composta de quatro professores e de nove alunos delegados das classes.

Art. 153.º (artigo 16.º): Esta comissão subdividir-se há em comissão central e em tantas comissões técnicas quantas são as secções.

Art. 154.º (artigo 17.º): A comissão central é composta de três alunos que distribuem entre si os cargos de presidente, secretário geral e tesoureiro.

§ 1.º O presidente não exerce outro cargo e cumpre-lhe harmonizar e coordenar as funções das diversas secções e bem assim a criação, a actividade e funcionamento de todas as solidárias.

§ 2.º O presidente é para todos os efeitos o representante da associação, mas pode delegar excepcionalmente essa representação noutro colega da gerência.

Art. 155.º (artigo 18.º): «Cada comissão técnica será composta de um professor e de dois alunos».

Art. 156.º (artigo 19.º): «Todos os delegados, sendo membros de confiança da classe que representam, podem ser removidos ou substituídos a todo o tempo e pelo modo como foram eleitos».

Art. 157.º (artigo 20.º): «Os delegados são escolhidos por escrutínio secreto em assembleas das respectivas classes, que só podem funcionar estando presente a maioria dos seus sócios».

§ único. É presidente nato destas assembleas o director da Escola, que também tem funções de fiscalização, nos termos gerais concedidos aos conselhos fiscais associativos».

Art. 158.º (artigo 21.º): «À comissão central compete:

1.º Promover e ter iniciativa em tudo que respeita aos fins da associação;

2.º Deliberar sobre as questões urgentes e as de expediente;

3.º Auxiliar e executar as deliberações das secções, quando o solicitarem;

4.º Convocar e marcar dia às assembleas ordinárias e extraordinárias das classes;

5.º Fazer todos os regulamentos internos;

6.º Admitir e readmitir sócios».

Art. 159.º (artigo 22.º): «As decisões da comissão central e das comissões técnicas estão dependentes do *referendum* dos sócios».

§ 1.º Para esse fim a comissão central fixará nos quadros da associação a súmula das suas resoluções que se conservarão expostas durante oito dias.

§ 2.º Os protestos, reclamações, oposições, contra-pro-

postas ou pedidos de esclarecimentos sobre as resoluções da comissão central ou comissões técnicas devem ser formulados por escrito e depois discutidos em sessão conjunta da comissão e do reclamante ou reclamantes;

§ 3.º O secretário geral é a pessoa a quem devem ser entregues os protestos ou reclamações.

§ 4.º Os reclamantes podem apresentar-se individualmente ou como representantes duma classe, turma ou grupo de sócios que tenham individualmente assinado a reclamação.

§ 5.º Do acôrdo que resultar dessa sessão conjunta, lavrar-se há acta especial que será fixada no referido quadro;

§ 6.º Não havendo acôrdo, formular-se há um questionário simples e resumido dos pontos em discordia e os delegados que compõem a gerência submetê-los hão à assemblea da respectiva classe, que só pode funcionar com a maioria absoluta dos sócios».

Art. 160.º (artigo 23): «As assembleas das classes podem reunir-se por iniciativa própria, desde que nisso concordem um têrço dos sócios que frequentam a respectiva classe».

Art. 161.º (artigo 24.º): «As eleições dos delegados far-se hão no principio de cada ano lectivo e na primeira semana».

Art. 162.º (artigo 25.º): «A gerência reúne ordinariamente na primeira semana de cada mês».

Art. 163.º (artigo 26.º, transitório): «Emquanto não funcionar completamente a escola com as suas três classes, todas as disposições que se referem às classes entender-se hão como respeitantes a turmas».

Art. 164.º (artigo 27.º): «As receitas ordinárias da associação dividem-se pelas quatro secções, nas seguintes percentagens:

15 por cento para a primeira secção;

15 por cento para a segunda secção;

20 por cento para a terceira secção;

50 por cento para a quarta secção».

Art. 165.º (artigo 28.º): «As receitas extraordinárias dividem-se pela seguinte forma:

50 por cento para a secção criadora da receita;

30 por cento para a quarta secção, quando ela não for a criadora da receita;

20 por cento para as restantes secções.

§ único. As receitas ordinárias e extraordinárias criadas pela quarta secção pertencem-lhe integralmente».

CAPÍTULO VIII

Das excursões e festas escolares

SECÇÃO I

Das excursões

Art. 166.º As excursões e festas escolares devem ter sempre em mira a educação dos alunos e obedecer escrupulosamente a um são critério pedagógico e a uma orientação firme de aperfeiçoamento integral das actividades fisiológicas, psíquicas e sociais dos alunos.

Art. 167.º As excursões são um complemento do ensino e da educação, e são uma necessária consequência do método experimental.

Art. 168.º Por meio delas dar-se hão *lições de cousas* das sciências matemáticas, físicas, químicas, histórico-naturais, geográficas, históricas e sociais.

Art. 169.º Sob a denominação *excursões* devem entender-se:

a) A *viagem escolar* de alunos e professores a certa região, cidade, localidade, com o fim de estudá-la, de ver, de conhecer o que a notabiliza;

b) A excursão, propriamente dita, de carácter investigador, de feição ocasional a uma montanha, a um vale, a umas antas, etc.;

c) A excursão higiénica, desportiva de gymnástica pe-

dagógica, de marchas de resistência e que não visa principalmente a aumentar os conhecimentos dos alunos;

d) A visita de estudo a um museu, a uma exposição, a uma fábrica, a um teatro, a uma escola, edifício ou monumento.

Art. 170.º As excursões-visitas são destinadas:

1.º A demonstrar e desenvolver os assuntos dados em classe e directamente relacionados com o ensino de certa e determinada disciplina;

2.º A contribuir para observação da vida real e educação social, e para a cultura geral dos alunos, não dizendo directamente respeito a qualquer disciplina do curso ou da classe que os alunos frequentem.

Art. 171.º Na escolha, organização e modo de realizar a excursão deve atender-se:

a) A idade dos alunos que nela tomam parte;

b) Aos conhecimentos que possuem;

c) Ao momento mais propício do ano lectivo, não as fazendo coincidir com as épocas de maior intensidade dos estudos;

d) Ao momento mais oportuno e mais de harmonia com a matéria que se está estudando;

e) A evitar o mais possível que prejudiquem o regular funcionamento das aulas;

f) A estação do ano, aproveitando o inverno, a época das chuvas, para visitar as fábricas, museus, etc., e guardando para o bom tempo as excursões a lugares mais distantes ou ao campo;

g) Ao número de alunos excursionistas compatível com o máximo aproveitamento e de harmonia com a natureza da excursão; nas viagens de estudo devem formar-se pequenos grupos de dez alunos, acompanhados de um professor;

h) Ao carácter essencialmente educativo, evitando-se a visita a exposições ou quaisquer outras que não ofereçam prévia garantia de contribuir para o aperfeiçoamento estético, intelectual ou moral dos alunos visitantes.

Art. 172.º A fim de evitar a criação dum senso estético, falsado ou menos salubre, as excursões ou visitas a exposições accidentais de arte ou a qualquer outra manifestação de idêntica índole, devem ser cercadas das indispensáveis garantias, não devendo ser organizadas sem prévio conhecimento ou informação do que vai ver-se ou ouvir-se.

Art. 173.º Nos preparativos de cada excursão deve atender-se na parte aplicável:

1.º A organização do seu orçamento; meios de condução e passagem mais económica e rápida; horários; preços de hotel; tempo mínimo necessário para se realizar a excursão com aproveitamento; oportunidade relativa à localidade a visitar; as licenças ou concessões a solicitar previamente, as participações ou comunicações a fazer, etc. Numa excursão dalguns dias, o tempo deve ser cuidadosa e economicamente aproveitado, de modo que seja o máximo, combinando horários e tarifas de combóios. A escolha do hotel deve ser escrupulosa, não só no que respeita às comodidades, asseio e economia, mas também à sua boa reputação e boa fama e pessoal empregado;

2.º Fornecimento prévio aos alunos excursionistas de todos os conhecimentos necessários para melhor compreensão do que vão ver e estudar, de modo que ao iniciar-se a excursão, cada participante tenha consciência do que vai ver e quais os objectivos que pretende alcançar-se.

Art. 174.º Tratando-se, por exemplo, dum'a excursão a uma cidade, a uma região, deve previamente estudar-se o seu território e população e que se recorde toda a história dessa localidade, qual a sua vida económica, etc. Tratando-se dum'a visita a uma fábrica, devem fornecer-se aos alunos excursionistas, resumidamente os principais conhecimentos da indústria, quer no que res-

peita à matéria prima, quer aos instrumentos e maquinismos, e ainda à sua história, relativamente a Portugal, e condições de prosperidade e desenvolvimento, etc.

Art. 175.º A explicação preparatória da excursão visa a colhêr as seguintes vantagens:

1.º Os alunos excursionistas ouvem-na em geral com interesse, devido à curiosidade de saber de antemão o que vão ver, o que é um momento excelente de dar conhecimentos;

2.º Interessar os alunos menos entusiastas por excursões e levá-los a comparecer de boa vontade;

3.º Criar o espirito de observação, levando o aluno a prestar mais atenção ao objecto da excursão, na busca de todas as particularidades que o professor lhe anunciou que ia ver, e, porventura, no descobrimento doutras que a investigação daquelas faz resultar.

Art. 176.º As excursões devem ser organizadas sob um plano, no principio de cada ano lectivo, pela direcção e aprovadas pelo Conselho escolar.

Art. 177.º São distribuídas pelos professores que as propuzeram ou por aqueles cujas disciplinas sejam mais afins com a natureza da excursão a realizar.

Art. 178.º Quando o professor escolhido não puder realizar a excursão, será convidado outro professor. Este convite deve ser feito com a antecedência, pelo menos, de oito dias para ter ocasião e tempo de fazer os necessários trabalhos preparatórios.

Art. 179.º Os professores que acompanharem as excursões e que por esse motivo sejam forçados a faltar às aulas, deverão fazer a devida declaração no livro de ponto para evitar descontos.

Art. 180.º São também permitidas excursões de iniciativa da Associação escolar desde que obedeçam aos preceitos deste regulamento.

Art. 181.º Todos os alunos-excursionistas são obrigados a fazer o respectivo relatório.

Art. 182.º O relatório mais perfeito e típico e que melhor retrate o que foi a excursão será publicado no anuário da escola, e a respectiva separata formará parte do album-guia das excursões da escola.

Art. 183.º Cada relatório deve constar das seguintes partes:

I — Organização — Marcação do dia, hora, etc., licenças, etc.;

II — Preparação — Trabalhos e estudos para completo aproveitamento;

III — Execução — Caminho que se seguiu. O que se observou e viu durante o trajecto e no lugar da excursão. Descrição e critica da própria excursão. Ensina-mentos e conhecimentos que obteve;

IV — Final da excursão.

SECÇÃO II

Das festas escolares

Art. 184.º As festas escolares, quer simples quer compondo-se de canto e teatro escolar, devem ser organizadas sob o critério preconizado pela Sociedade de Estudos Pedagógicos de Lisboa. E assim:

a) As festas escolares devem ser educativas, ter um «intuito» ao qual deve estar perfeitamente subordinado todo o programa;

b) Devem ser de pouca duração, o máximo de duas horas, incluindo um intervalo.

Art. 185.º Quando a par da festa escolar haja alguma sessão solene que exija discursos de oradores, estes não devem ser mais do que dois e não durar mais do que meia hora cada discurso.

Art. 186.º Esses discursos deverão subordinar-se aos «intuitos» da festa; ser cuidadosamente preparados e ajustar-se quanto possível à parte principal do seu auditório, isto é, ao alunos, não devendo falar de cousas que ainda estão fora do círculo das suas ideas e dos seus

sentimentos, como são as questões políticas, as questões religiosas e outras, sobretudo quando são tratadas por forma que envolva o ataque directo às ideias contrárias e revista tom agressivo.

Art. 187.º O orador deve antes aproveitar o ensejo para actuar nas famílias dos alunos, tratando os assuntos de forma que elles tenham sempre uma face acessível às crianças e outra às famílias, que devem ser instantaneamente solicitadas a assistir a estas festas.

Art. 188.º O critério que deve guiar na escolha da musica e da letra das canções escolares é que elas sejam belas, que elevem e enobreçam os sentimentos.

Art. 189.º A música deve, ser de preferência procurada nas melodias populares, quer estilizando, quer conservando o cunho original.

Art. 190.º A cantiga popular deve, porém, ser banida da escola, quando a sua música seja deprimente e a letra deseducativa.

Art. 191.º Igualmente certos passos das obras dos grandes mestres devem ser aproveitados, quando sejam acessíveis à idade dos alunos da escola.

Art. 192.º Quanto à letra, devem rejeitar-se os versos mediocres, os assuntos baixos, o estilo pretencioso e devem procurar-se o estilo simples, os assuntos salubres, a pureza verdadeira que brota sem artificio das coisas belas, na natureza e na vida.

Art. 193.º A canção deve estar escrita de forma que o sentido geral seja acessível às crianças para quem foi escrita e não deve tratar, em regra, de assuntos que pertençam a determinada disciplina existente na escola (e para o ensino da qual há processos pedagógicos privativos), como, por exemplo: «ensinar a lingua materna, ou fazer educação literária, educação patriótica, educação moral».

Art. 194.º Quanto ao teatro escolar, devem observar-se as seguintes regras:

a) O teatro escolar deve ser feito pela escola e para a escola;

b) As peças escolares devem ser desempenhadas pelos alunos;

c) Nas peças em que figurem adultos, os papéis devem ser cometidos a adolescentes;

d) Deve ser banido o «travesti» dos 12 anos para cima;

e) Os assuntos devem ser escolhidos na vida escolar ou familiar da criança, nas fábulas ou outras fantasias que podem alimentar a sua imaginação, sem esquecer a feição educativa imposta ao teatro escolar;

f) As representações escolares devem ter um cunho acentuadamente artistico, entrando nelas a música escolar e não a música conhecida nos teatros de adultos.

Art. 195.º Não é permitido à escola ou aos seus alunos, como tais, tomar parte em festas, saraus, *matinées* ou actos semelhantes que não sejam organizados ou patrocinados pela escola.

Art. 196.º Nas festas de estudantes ou actos semelhantes em que entrem as escolas do país ou de Lisboa, ser-lhe há, porém, permitido a sua participação official de solidariedade académica, se o conselho escolar assim o entender.

Art. 197.º Nesta hipótese deve, porém, a escola contribuir com um número ou números especiais e exclusivos da escola em vez de os alunos se confundirem em números desempenhados por elementos estranhos e porventura heterogêneos de variadas educações, ou, então, limitar-se a uma adesão pura e simples com carácter essencialmente passivo e de mera assistência.

CAPÍTULO IX Dos professores

Art. 198.º Aos professores cumpre desempenhar as suas funções magistrais com a máxima pontualidade e

dedicação e nunca esquecerem a grande responsabilidade que lhes dá a sua missão de educadores.

Art. 199.º A enumeração e cumprimento dos seus deveres encontram a devida sanção na sua consciência ilustrada e educada e na sua dignidade profissional, dispensando assim a sua fixação taxativa.

Art. 200.º As suas funções encontram-se reguladas pelos artigos 279.º, 280.º, 285.º e §§ 2.º, 3.º, 4.º e 5.º, e 381.º do regulamento geral e pelas normas contidas neste regulamento.

Art. 201.º O professor deverá tanto quanto possível empregar no seu ensino meios activos.

Art. 202.º As lições serão sempre previamente expostas pelo professor e só pode exigir-se do aluno a matéria explicada em lições anteriores.

Art. 203.º Deverá indicar os necessários expositores, e quais os que se encontram na biblioteca da Escola.

Art. 204.º O professor deverá com a maior frequência procurar certificar-se do aproveitamento e applicação dos alunos, lançando para isso mão de todos os meios de investigação, como interrogatorios, chamadas, trabalhos escritos, etc.

§ único. Fica claramente expresso que a nota pode não representar unicamente o valor duma chamada ou a média de notas de chamadas em trabalhos escritos, mas que é sempre a tradução da opinião que o professor tem da applicação e aptidões do aluno.

Art. 205.º O livro de ponto deverá ser rigorosa e pontualmente preenchido e a indicação da matéria dada ou dos trabalhos executados na aula deve ter a necessária ampliação de modo que, do conjunto das lições, se evidencie a orientação e métodos do professor e se segua o programa e instruções pedagógicas da respectiva disciplina.

Art. 206.º Os professores fiscalizarão as chamadas exigindo que se façam em voz alta e bem clara a fim de evitar reclamações extemporâneas; verificarão no boletim as faltas marcadas e pôr-lhe-hão o seu visto.

Art. 207.º Os programas de cada disciplina deverão estar completamente dados até 10 de Junho, não sendo permitido em caso algum a realização de aulas suplementares.

Art. 208.º Os professores são responsáveis pelo integral realização dos programas, devendo quando por motivo imperioso e alheio à sua vontade o não tenham feito, comunicá-lo à direcção da escola em relatório justificativo, que depois de visado pelo Director, será arquivado, devendo ser dada vista prévia ao Conselho escolar e ser presente ao juri que há-de examinar os alunos que não tenham dado a matéria a que tal relatório se refere.

Art. 209.º De 10 de Junho até ao fim do mês, os professores deverão fazer séries de recapitulações e interrogarão os alunos sobre toda a matéria dada, exercícios escritos, excursões e trabalhos práticos realizados na aula, etc., de modo que se habilitem convenientemente a votar a nota de final de ano lectivo e da sua passagem ou não à classe imediata.

Art. 210.º Sempre que seja possível o mesmo professor acompanhará os seus alunos na classe imediata.

Art. 211.º Quando houver necessidade de desdobrar o ensino duma disciplina por dois ou mais professores, devem ser convidados, para a sua regência, antes da abertura do concurso para interinos, os professores da Escola que não tenham serviço distribuído, ou, quando o tenham, possam e estejam em condições de desdobrar.

Art. 212.º Quando haja mais dum pretendente, observar-se-há a seguinte ordem de preferências:

1.º Aquele que fôr proprietário da regência duma disciplina afim, de que há necessidade de desdobrar.

2.º Aquele que já regeu ou está regendo noutra escola a disciplina desdobrante;

3.º Em igualdade de circunstâncias o professor mais antigo na escola.

Art. 213.º Para a escolha dos interinos é indispensável a informação favorável do professor proprietário.

Art. 214.º Os professores desdobrantes e interinos têm de se concertar com o professor proprietário da respectiva disciplina, na orientação a dar às suas aulas, nos métodos a adoptar e material didáctico a empregar.

Art. 215.º Os professores que houverem de proceder a diligências acêrca de infracções disciplinares não serão, em circunstância alguma, dispensados do serviço das aulas.

Art. 216.º Quando faltar algum professor e estiver na escola algum outro professor desocupado, poderá este substituir aquele. Esta substituição tem por fim impedir que os alunos se mantenham inactivos durante os tempos destinados às aulas, devendo por isso limitar-se a tratar de assuntos de natureza educativa, não intervindo na matéria própria da disciplina.

Art. 217.º Os professores que tiverem aulas só, num semestre serão os escolhidos de preferência para estas substituições temporárias, quando elas se derem no outro semestre.

Art. 218.º Sempre que seja possível, o professor avisará antecipadamente a direcção da sua falta ou faltas futuras, a fim de que o director dê as necessárias providências para o fazer substituir, ou, quando tal não seja possível, mandar prevenir os alunos para evitar que eles entrem na aula em vão e saiam depois, perturbando outras aulas, ou ainda mesmo para evitar que eles venham inútilmente à escola.

Art. 219.º Para os devidos efeitos, quando haja necessidade de recorrer à relativa antiguidade dos professores, ter-se há em consideração a antiguidade da data da sua posse. E quando a data da posse fôr a mesma, considerar-se há mais antigo o de mais idade, como determina o artigo 272.º do regulamento geral.

Art. 220.º Para este fim haverá na secretaria uma lista dos professores pela ordem da antiguidade.

Art. 221.º Aos professores agregados e interinos applicam-se, salvo as excepções expressamente consignadas, todas as disposições regulamentares referentes aos professores do quadro, quer no tocante a direitos, quer no que respeita a deveres.

Art. 222.º Nos concursos de professores interinos as condições que devem satisfazer a sua qualificação e escolha são reguladas pelas mesmas disposições applicáveis aos concursos dos não diplomados pelas Escolas Normais Superiores, devendo proceder-se em todos eles à qualificação em mérito absoluto, haja ou não mais do que uma vaga, seja um ou mais os concorrentes.

CAPÍTULO X

Dos alunos

SECÇÃO I.

Disposições gerais

Art. 223.º Aos alunos, como futuros educadores, impõe-se um procedimento moral, digno e modelar.

Art. 224.º E assim cumpre-lhes ter sempre presente:

a) Que aos futuros professores cabe a responsabilidade prática dos actos que preconisem e aconselhem, devendo respeitar-se a si próprios e aos outros, e conduzir-se de modo que manifestem plena penetração da alta missão social que lhes confere a honrosíssima profissão que desejam seguir;

b) Que os futuros professores devem manifestar hábitos de asseio, de arranjo e de método em todos os actos da sua vida, na sua pessoa, na boa conservação dos seus livros e no aspecto artístico dos seus cadernos. O ca-

derno do aluno é a pedra de toque da qualidade de estudioso.

c) Que todo o bom estudante deve sempre andar munido de papel e lápis. *O aluno que se apresentar na aula sem estes indispensáveis instrumentos e sem o necessário material para os exercícos escritos e práticos merecerá a nota correspondente à sua má applicação e falta de aproveitamento;*

d) O principal beneficio da disciplina das nossas acções está em nos fornecer o meio de nós alcançarmos um fim, empregando o mínimo de esforço;

e) A melhor disciplina encontramos-na na nossa própria consciência e na nossa dignidade de pessoas;

f) Todas as aulas são importantes: não há principais nem secundárias. A todas devem consagrar-se igual trabalho e dedicação;

g) Os Trabalhos manuaes, a Educação física e a Música são a base de toda a Educação.

h) O espirito associativo — fundamento da sociedade humana — intensificado na associação e na cantina, deve merecer a máxima dedicação e abnegação.

i) Que em cada professor deve ver um amigo lial, que só deseja o bem dos seus alunos. *Nunca é prazer para um professor digno deste nome surpreender um seu aluno numa falta, ou na prática dum acto censurável. O maior prazer para um professor consiste em ver que os seus alunos cumprem os seus deveres.*

Art. 225.º Nas aulas de educação física os alunos devem apresentar-se com o respectivo trajo especial da Escola.

Art. 226.º Os alunos devem andar descobertos na escola e com os fatos de trabalho, modelo da Escola.

Art. 227.º Os alunos são obrigados ao fato de trabalho, assim como a vestir o fato e a usar o calçado higiénicos próprios da aula de Educação física, modelo da Escola.

Art. 228.º A Escola consignará no seu orçamento annual uma verba para a ajuda tanto dum como doutro fato.

§ único. A cargo da Escola ficará todavia o custeio integral dos fatos dos alunos pensionistas e dos alunos pobres que não obtiveram pensão.

Art. 229.º Os fatos são usufruto dos alunos a quem cumpre a sua conservação, concertos e lavagens.

Art. 230.º É permitido aos alunos fazer e trazer fatos exclusivamente seus, desde que obedeçam rigorosamente ao modelo da Escola.

Art. 231.º O aluno deve aproveitar tanto quanto possível a véspera de feriado para levar para casa o fato, a fim deste ser lavado ou concertado e poder estar pronto no primeiro dia lectivo, após o feriado.

Art. 232.º O aluno que quiser levar para casa o fato deverá participá-lo ao porteiro que entregará ao aluno uma senha de saída, depois deste ter assinado o respectivo talão.

Art. 233.º Se o porteiro verificar que não há motivo para a saída do fato, não consentirá nela.

Art. 234.º O aluno não pode ter o fato em casa por mais do tempo indispensável ao seu arranjo ou lavagem.

Art. 235.º No primeiro dia em que trouxer o fato deverá apresentá-lo ao porteiro e reentregar-lhe a senha de saída para que se faça a devida descarga no talão.

Art. 236.º A entrada do edificio escolar devem entregar os seus chapéus, bengalãs, chapéus de chuva, etc., e vestir o seu fato de trabalho.

Art. 237.º Aqueles que não se utilizarem da cantina e trouxerem lanche devem igualmente entregá-lo, recebendo uma senha em troca. O lanche ser-lhe há entregue à hora dessa refeição.

Art. 238.º Dentro do edificio, só lhes é permitido trazer consigo os livros, cadernos e o material escolar indispensável às aulas.

Art. 239.º Os alunos são responsáveis pelos danos que causarem à escola, quer no seu edificio, quer no mobiliário e material didáctico.

Art. 240.º São igualmente responsáveis pelo material que a escola lhes fornecer, nas diversas aulas.

Art. 241.º Além da indemnização pelo valor do dano causado, poderá ser sujeito a um processo disciplinar e ter outras penas.

Art. 242.º Não isenta a responsabilidade a desculpa de ter perdido ou ter levado extraviado alheio à sua vontade, porquanto tal falta já revela uma negligência por si só condenável.

SUB-SECÇÃO II

Da frequência

Art. 243.º Não há tolerância de entrada. Dado o sinal para início de aulas, os alunos devem dar immediato ingresso na respectiva sala.

Art. 244.º O aluno que entrar na aula depois do início dos trabalhos, embora antes da chamada, não deixa de ter falta.

Art. 245.º Não se abonam nem se admitem justificações de faltas; nem ao professor é lícito mandar tirar uma falta depois de lançada no boletim das chamadas.

Art. 246.º Quando cinco minutos depois do sinal para início de qualquer aula não estiver o professor ou quem o substitua, os alunos serão avisados do facto pelo contínuo e deverão immediatamente deixar a sala da aula.

§ único. Esta saída deve ser ordeira, a fim de não perturbar as outras aulas que começaram a funcionar.

Art. 247.º A falta de comparência nas aulas anteriores não pode ser alegada como escusa da lição.

Art. 248.º Os alunos não podem negar-se a responder a qualquer pergunta sobre matéria já dada.

Art. 249.º O valor das notas é designado qualitativamente pelos professores em conformidade com a escala do § 1.º do artigo 245.º

SUB-SECÇÃO III

Dispensas

Art. 250.º As dispensas da lição ou lições são do exclusivo direito do professor, podendo este aceitá-las ou não, e fixar número máximo e as condições em que as concede.

Art. 251.º Não são permitidas dispensas em repetições ou revisões da matéria dada e nos exercícios escritos.

Art. 252.º O número das dispensas e as condições em que foram dadas entram na avaliação final da classificação do aluno, assim como o número de faltas.

Art. 253.º As dispensas só podem todavia ser aceitas à entrada da aula e não depois dela começar ou quando o aluno é chamado à lição.

Art. 254.º A dispensa solicitada nestas condições equivale a uma recusa à lição e corresponde a uma nota má e de mau comportamento, não só por que prova ignorância da lição, mas intuitos de ludíbrio, impróprios dum futuro professor.

Art. 255.º Os alunos, sem excepção alguma, são obrigados a todos os exercícios e trabalhos práticos de gabinete, de laboratório ou de oficina.

§ único. Só na aula de Educação física haverá as indispensáveis tolerâncias nalguns exercícios indicados pelo professor de Higiene, relativamente às alunas, durante certo período de cada mês.

SUB-SECÇÃO IV

Das saídas

Art. 256.º Não é permitida a saída da Escola antes de terminados os trabalhos lectivos.

Art. 257.º Só muito excepcionalmente, e por caso de força maior comprovado e superveniente, à entrada do aluno na escola, lhe será concedida a saída antes de finalizarem todas as aulas.

Art. 258.º Neste caso, o aluno requisitará do porteiro um impresso de saída, preenchê-lo há e apresentá-lo há a todos os professores a cujas aulas vai faltar, e que estejam na escola. Com o simples visto ou declaração dos professores, apresentará o pedido ao director, que concederá ou não a referida licença, conforme essas declarações e os antecedentes, comportamento e aproveitamento do aluno.

Art. 259.º Se o director conceder a licença entregará ao aluno o impresso que servirá de senha de saída. O guarda-portão cobrá-lo há e fará entrega immediata na Secretaria.

Art. 260.º Esse pedido ficará junto do processo do aluno, existente na secretaria, e dele se extrairá cópia que será remetida ao encarregado da educação do aluno.

SUB-SECÇÃO V

Disposições diversas

Art. 261.º Sob nenhum pretexto é permitida a substituição duma aula por outra, nem a licença ao aluno de assistir a uma aula com prejuizo doutra.

Art. 262.º Quando um aluno pretenda assistir a uma aula, cumpre ao respectivo professor indagar se elle falta a outra.

Art. 263.º Não é permitido ao aluno do sexo masculino assistir a aulas das turmas femininas, nem às sessões de gymnástica dos turnos femininos.

Art. 264.º Obedecendo a distribuição dos alunos a um critério pedagógico, só sob esse critério pode autorizar-se a transferência dum aluno duma turma para outra.

§ único. Essa transferência só pode ser autorizada ouvido o Conselho escolar, e depois deste ponderar se há realmente grande vantagem pedagógica em tal transferência.

Art. 265.º Se a qualquer aluno forem successivamente propostas ao Conselho escolar duas notas de mau comportamento, instaurar-se há o competente processo disciplinar.

Art. 266.º Nenhum aluno obterá passagem à classe immediata ou será admitido a prestar provas sem que os seus trabalhos, relatórios, etc., estejam patentes ao Conselho escolar ou ao júri na sala onde se realizam as sessões ou os exames.

Art. 267.º O aluno que tente cometer ou cometa qualquer fraude nos exercícios ou trabalhos escolares terá o mínimo de valorização e nota de mau comportamento, e, se for nos exames, perderá o direito de continuar a prestar provas e será excluído do exame, com perda do ano.

Art. 268.º Ao aluno que entrou na Escola depois da chamada não é lícito permanecer nos corredores ou pátios; tem de entrar na respectiva aula, e, apesar da falta que lhe foi marcada, pode ser chamado à lição.

Art. 269.º Não é permitido faltar às aulas estando no edificio da Escola, salvo caso de força maior e com autorização especial da direcção.

Art. 270.º O aluno encontrado fora das aulas, quando estas funcionam, deve ser levado immediatamente à direcção, e, se for a primeira vez que tal caso aconteça, ser-lhe há applicada a pena do n.º 4.º do artigo 266.º do regulamento geral e mencionado o facto no boletim do dia, com marcação de faltas. Se for a segunda vez, formar-se há o devido processo disciplinar e applicar-se há a pena do n.º 6.º do citado artigo, marcando-se ao aluno nota de mau comportamento. A terceira vez ser-lhe há instaurado novo processo disciplinar e applicada a pena do n.º 7.º do mesmo artigo.

Art. 271.º Não é permitido aos alunos permanecerem

nas aulas nos intervalos lectivos, nem quando falte algum professor.

Art. 272.º Nos intervalos lectivos só é permitida a permanência de alunos nos lugares destinados a repouso e recreio.

Art. 273.º Nos recintos expressamente reservados às alunas é inteiramente proibida a entrada de alunos.

Art. 274.º Não é permitida a permanência, além do tempo restritamente necessário, nas retretes e gabinetes de vestir.

Art. 275.º A perda do ano priva o aluno da frequência das aulas. Só em condições excepcionais e com voto do Conselho escolar pode a Direcção permitir que conlui a assistir às aulas.

Art. 276.º Só muito excepcionalmente e com voto aprovativo do Conselho escolar pode a direcção permitir a frequência de ouvintes.

Art. 277.º Os ouvintes ficarão, sem excepção, sujeitos a todos os deveres regulamentares e devem apresentar pessoa reconhecidamente idónea como garantia do seu procedimento na escola.

§ único. Será cassada a licença para assistência a trabalhos escolares desde que o ouvinte tenha uma frequência irregular; vindo apenas às aulas de longe em longe.

Art. 278.º Os alunos-mestres estagiários da Escola Normal Superior ficam igualmente sob o mesmo regime estabelecido neste capítulo, combinado com as disposições do capítulo IX.

CAPÍTULO XI

Das pensões

Art. 279.º Os requerimentos para concessão das pensões devem ser entregues na secretaria, dirigidos ao Director da Escola, em sobrescrito fechado, no prazo de oito dias, após o exame de admissão.

§ único. Não fazendo exame de admissão, oito dias depois do exame de sanidade.

Art. 280.º O requerimento deve ser feito em papel selado, indicando todas as circunstâncias em que se fundamenta a pretensão e instruindo-o com os documentos:

- a) Impresso do modelo A devidamente preenchido;
- b) Atestado da junta da freguesia do requerente, certificando categoricamente que as suas condições económicas justificam a pretensão.

§ 1.º Os filhos dos professores e inspectores primários também devem juntar certidão, devidamente reconhecida ou com selo em branco, passada pelo inspector do circulo, que provem este facto e que o seu pai ou mãe não tem outro recurso, além do seu vencimento de professores primários.

§ 2.º Os alunos do Instituto do Professorado Primário também devem juntar certidão, devidamente reconhecida ou com selo branco, passada pelo Director, atestando a situação (percionista ou pensionista) no Instituto.

c) Quaisquer outros documentos comprovativos ou justificativos da justiça da sua pretensão.

Art. 281.º O Conselho escolar elegerá uma comissão de três professores efectivos para apreciar os documentos e propor a distribuição das pensões.

§ único. Quando o Governo estabelecer limite à matrícula, deve atender-se à lista de preferências que se organizar.

Art. 282.º O Conselho escolar estudará a proposta da comissão e organizará a lista definitiva, de harmonia com as disposições legais.

Art. 283.º Quando por ventura não forem concedidas todas as cem pensões, reverterão, as que sobrarem, a favor da Associação Académica da Escola, se as instâncias superiores autorizarem.

Art. 284.º No dia imediato ao da realização do conselho ficará patente aos interessados na secretaria da es-

cola uma relação dos requerentes que obtiveram pensões assim como os excluídos.

Art. 285.º No começo de cada ano lectivo os alunos pensionistas devem apresentar por escrito a declaração de que não mudaram de condições económicas ou que elas sofreram uma melhoria que lhes permite dispensar o auxilio do Estado.

Art. 286.º A pensão de 180\$ é paga em décimos a começar no mês de Outubro.

Art. 287.º Perdem a pensão os alunos que estiverem nalguns dos casos indicados no § único do artigo 254.º do Regulamento geral.

CAPÍTULO XII

Do pessoal menor

SECÇÃO I

Disposições gerais

Art. 288.º Ao pessoal menor cumpre observar as obrigações que lhe estão consignadas no regulamento geral e especial.

Art. 289.º O empregado que for negligente no cumprimento dos seus deveres ou praticar actos prejudiciais à educação e disciplina escolar, dentro ou fora da escola, incorre nas penas de admoestação, suspensão com perda de vencimentos e demissão, nos termos do regulamento disciplinar dos funcionários públicos.

Art. 290.º O Director da escola pode conceder licença até oito dias em cada ano ao pessoal menor. Licenças mais longas só pode concedê-las o Ministro da Instrução, mediante informação favorável do director da Escola.

Art. 291.º A todo o pessoal menor é concedida residência na escola ou nas suas dependências e o usufruto do fato da Escola, que lhe cumpre conservar limpo, escovado e com todos os botões, devendo apresentar-se sempre durante as horas de serviço escolar de casacos abotoados.

Art. 292.º Todas as manhãs, à entrada, os empregados menores devem apresentar-se ao porteiro e assinar perante ele o respectivo livro de ponto.

Art. 293.º Todo o pessoal menor deve estar nos seus lugares e com o fato da escola, meia hora antes da abertura das aulas, no momento de se abrirem as portas do edificio aos alunos.

Art. 294.º Deve ser solícito e correr zeloso ao chamamento dos professores.

Art. 295.º Para o serviço do pessoal menor, o edificio escolar é dividido em secções. Cada secção ficará a cargo dum continuo-servente que será o responsável pelo que nela se passar e houver.

Art. 296.º O pessoal menor deve manter em constante estado de asseio, de arranjo e arrumação as dependências a seu cargo e ter em dia o respectivo expediente.

Art. 297.º Antes da abertura das aulas, fará um rigoroso exame a todas as dependências a seu cargo, a fim de que nada falte ao bom funcionamento das aulas.

Art. 298.º Aos empregados encarregados duma secção, cumpre especialmente:

a) Manter limpas, arejadas e arrumadas as aulas da sua secção;

b) Superintender nos esfregados, varridos do sobrado, e nas lavagens de vidraças, etc.;

c) Manter as ardósias sempre limpas, despejar as caixas de papéis, lavar os escarradores, sacudir os capachos e limpar o pó;

d) Abrir as janelas das aulas nos intervalos dos períodos lectivos e no fim do dia lectivo;

e) Satisfazer as requisições de material, feitas na véspera pelos professores, e dispor esse material na respectiva aula, antes dela começar;

f) Não consentir alunos ou pessoas estranhas nos cor-

redores, salvo durante o tempo necessário para a entrada e saída das aulas;

g) Manter sempre fechadas as portas das aulas;

h) Não consentir que os alunos fiquem nas aulas durante os intervalos;

i) Fiscalizar e manter arejadas e limpas as retretes e mais dependências da sua secção.

Art. 299.º A limpeza dos corredores e retretes só deve fazer-se depois de terminadas todas as aulas e da saída de todos os alunos.

Art. 300.º A limpeza, varridos, esfregados e lavagens devem ser executados nos rigorosos termos aconselhados nas instruções formuladas pelo professor de Higiene e que aqui se consideram integradas.

Art. 301.º Ao terminar cada aula, cada empregado menor deve arejá-la e verificar da existência de qualquer facto anormal, como dano causado, livro esquecido, lapis abandonado, papéis no chão, etc.

Art. 302.º No fim do dia lectivo examinará novamente as aulas e do que observar, tomará nota no boletim diário. Preparará todo o material didáctico requisitado pelos professores para o dia seguinte.

Art. 303.º Para o fim de obter esse material, dirigir-se há ao colega que for auxiliar do professor a cargo do quem estiver a guarda e conservação desse material.

Art. 304.º As quintas-feiras, depois de terminadas as aulas, são destinadas especialmente aos serviços duma maior e mais completa arrumação, limpeza e arranjo dos museus, laboratórios e gabinetes experimentais.

Art. 305.º Quando as necessidades escolares exigirem serviços extraordinários observar-se há o sistema dos turnos.

Art. 306.º Nenhum empregado pode abandonar, seja sob que pretexto for, o seu lugar sem ter prevenido o porteiro, para que este providencie, substituindo-o durante a ausência que tiver de fazer.

Art. 307.º Não é permitida, durante as horas de serviço, a saída do edificio de qualquer empregado em serviço particular, seu ou de outrem.

Art. 308.º É expressamente vedado ao pessoal menor guardar objectos dos alunos que eles deviam ter entregue à porta e que este regulamento proíbe que tragam consigo dentro da Escola.

Art. 309.º No fim de cada dia lectivo, todos os empregados devem entregar, devidamente preenchidos, ao porteiro os respectivos boletins disciplinares.

SECÇÃO II

Do chefe do pessoal menor

Art. 310.º Ao porteiro, chefe do pessoal menor ou quem suas vezes fizer, cumpre:

1.º Entregar aos continuos os livretes de boletins disciplinares diários devidamente numerados e com o nome do empregado a quem os entrega, e recebê-los no final de cada dia lectivo;

2.º Marcar as faltas dos alunos, nas aulas, no começo de cada tempo lectivo, e, quando seja possível, pela planta da aula;

3.º Dizer os nomes e números dos alunos que faltam, em voz alta, bem clara e escrevê-los a lapis para que se faça a reprodução no boletim que ficará em seu poder;

4.º Entregar em seguida ao professor o boletim escrito a lapis e apresentar-lhe o livrete onde está a reprodução para este rubricar e escrever qualquer observação, pedido, reclamação, etc.;

5.º Entregar na Secretaria no fim de cada mês as folhas, com o número total das faltas de cada aluno;

6.º Entregar de manhã e receber à tarde dos respectivos continuos os livros de ponto das aulas;

7.º Entregar esses livros à tarde na secretaria e re-

cebê-los novamente com o ponto aberto para o dia seguinte;

8.º Marcar diariamente, no fim do dia lectivo, e no lugar competente do livro do ponto da aula os números dos alunos que faltaram, rubricando esta nota e referindo-a ao número do respectivo boletim em que foram marcadas as faltas;

9.º Registrar no fim do dia lectivo as faltas nas folhas mensais e entregar em seguida ao Director os boletins de tais faltas;

10.º Chamar, no boletim disciplinar diário, a atenção da direcção para alunos a quem apenas resta dar três faltas para a perda do ano;

11.º Ocorrer às chamadas do telefone e tomar nota de comunicações para as transmitir a quem forem dirigidas;

12.º Receber toda a correspondência, apresentá-la à Direcção e fazer em seguida a sua distribuição aos destinatários;

13.º Ter sob a sua guarda o livro do ponto dos empregados menores; apresentá-lo de manhã e à tarde a estes para que o assinem;

14.º Fochar o ponto dez minutos depois da hora de entrada ou de saída e entregar em seguida o livro na secretaria, afim de abrir novo ponto para o dia seguinte;

15.º Requisitar e ter sob a sua guarda todo o material do limpeza da Escola;

16.º Organizar e superintender em todo o serviço de varridos, esfregados e lavagens, e bem assim organizar, quando necessário, os serviços que exigirem turnos.

Paços do Governo da República, 14 de Janeiro de 1920. — O Ministro da Instrução Pública, *Joaquim José de Oliveira*.

1.º Apêndice ao Regulamento Interno da Escola Normal Primária de Lisboa

Práticas estagiárias dos alunos

Artigo 1.º A prática dos alunos da Escola Normal Primária de Lisboa efectua-se nas:

- a) Escola Normal;
- b) Escolas anexas;
- c) Escolas públicas de tirocínio, da área de Lisboa;
- d) Escolas particulares da mesma área.

Art. 2.º A prática realiza-se desde 1 de Novembro a 31 de Maio, para a 1.ª e 2.ª classes. Para a 3.ª classe, desde 1 de Novembro a 7 de Julho, nos termos do artigo 364.º do regulamento geral.

Art. 3.º As práticas obedecem a uma escala organizada sob o critério duma gradação que parte do mais fácil para o mais difícil.

§ 1.º Dentro de cada espécie de práticas correspondente, respectivamente às alíneas dos artigos seguintes, há uma gradação que parte das classes mais adiantadas e vai até a 1.ª classe.

§ 2.º Dentro de cada classe infantil, primária geral ou superior, a prática começa pelas disciplinas mais fáceis de ensinar, indo até às mais difíceis, o que nas duas primeiras especialidades constitui: — a iniciação da leitura, da escrita e do cálculo.

Art. 4.º A prática dos alunos-mestres na Escola Normal, respeita:

a) A manter e promover o arejamento das aulas antes e depois do seu funcionamento;

b) A superintender na conservação da limpeza e arranjo da escola e aulas e bem assim no tratamento das plantas e flores das aulas, etc.;

c) A cuidar da conservação do material didáctico das diversas disciplinas, quer procedendo ao seu inventário e arrumação, quer limpando-o e empregando os diversos processos preconizados para a sua conservação, nos termos do artigo 122.º do regulamento interno;

d) A cuidar e zelar pelo bom funcionamento da cantina e a exercer os diversos cargos da associação escolar;

e) A assistir às experiências feitas nas aulas pelos professores com os alunos das escolas anexas, nos termos das instruções pedagógicas que precedem os programas das disciplinas;

f) A fazer demonstrações práticas nas aulas da Escola Normal, perante e com esses alunos.

§ único. Além destes há também prática respeitante:

a) A trabalhos de secretaria, acompanhando e executando todo o seu expediente;

b) A trabalhos na biblioteca, catalogando e auxiliando todo o movimento de livros;

Art. 5.º A prática dos alunos-mestres nas Escolas anexas, respeita:

a) A tomar conhecimento de todo o funcionamento burocrático, montagem e arrumação da escrita da respectiva escola;

b) A executar todo o seu expediente;

c) A cuidar da sua administração, como matrículas, serviço do pessoal menor, limpeza, etc.;

d) A organizar e acompanhar todo o seu funcionamento pedagógico, como horários, distribuição dos alunos por classes e turmas, emprêgo do material didáctico, etc.;

e) A assistir ao funcionamento das aulas das diversas classes e turmas, iniciando-se essa assistência pelas mais adiantadas e terminando pelas da 1.ª classe;

f) A acompanhar os alunos nos seus recreios compartilhando e organizando os seus jogos, a fim de exercer com maior eficácia uma acção educadora;

g) A acompanhar e dirigir as excursões dos alunos, devendo apresentar um relatório sobre a forma como executaram a sua missão, nos termos do artigo 362.º do regulamento geral;

h) A tomar conta, por semanas, do ensino duma ou mais disciplinas a um grupo duma turma duma classe, nos termos do artigo 359.º do regulamento geral;

i) A tomar conta, durante uma semana, do ensino completo dum grupo duma turma duma classe;

j) A tomar conta da direcção integral durante três dias duma turma duma classe, nos termos do artigo 361.º do regulamento geral;

k) A exercer constantemente, sempre que esteja em contacto com um ou mais alunos das escolas anexas, uma acção educadora.

Art. 6.º A prática dos alunos nas escolas públicas e particulares respeita sómente as alíneas a), e), f), g) e, quando possível, as alíneas h), i), j) e k) do artigo anterior.

Art. 7.º As escolas públicas e particulares, de tirocínio, devem corresponder aos graus da educação primária infantil, geral e superior.

Art. 8.º Competem à 1.ª classe as práticas indicadas nas alíneas do artigo 4.º

§ único. Os alunos desta classe devem ter, pelo menos, cinco práticas de cada uma das espécies constantes das alíneas do artigo 4.º

Art. 9.º Competem à 2.ª classe as seguintes práticas:

No 1.º semestre:

1.º As indicadas nas alíneas a) a g) do artigo 5.º;

2.º As indicadas nas alíneas d) a f) do artigo 4.º

No 2.º semestre:

1.º As indicadas na alínea h) do artigo 5.º, começando pelas disciplinas da classe mais adiantadas e seguindo depois sucessivamente as duas classes imediatamente inferiores;

2.º As indicadas nas alíneas d) a f) do artigo 4.º

§ único. Os alunos da 2.ª classe devem ter, pelo menos, cinco práticas das indicadas para o 1.º semestre e

sob o n.º 2.º do 2.º semestre e ter, pelo menos, trinta práticas das indicadas no n.º 1.º das do 2.º semestre.

Art. 10.º Competem à 3.ª classe as seguintes práticas:

No 1.º semestre:

1.º As indicadas na alínea h) do artigo 5.º, começando pelas disciplinas da 3.ª classe e seguindo depois sucessivamente as da 2.ª e 1.ª classes;

No 2.º semestre:

1.º As indicadas na alínea i) do artigo 5.º, começando pela classe mais elevada e descendo até a 1.ª classe;

2.º As indicadas na alínea j) do artigo 5.º, começando pela classe mais elevada e descendo até a 1.ª classe.

§ único. Os alunos da 3.ª classe devem ter, pelo menos, trinta práticas das indicadas no 1.º semestre; três, pelo menos, para cada uma das classes das indicadas nos n.ºs 1.º e 2.º do 2.º semestre.

Art. 11.º As práticas indicadas, nas alíneas b) e d) do artigo 4.º e as do § único do mesmo artigo são feitas antes de começarem e depois de terminarem as aulas, até as 17 horas e quando faltar algum professor.

Art. 12.º As práticas indicadas na alínea a) do artigo 4.º, antes da abertura das aulas, nos intervalos e logo em seguida ao termo das aulas em cada dia lectivo.

Art. 13.º Para realização das alíneas e) e f) do artigo 4.º, os professores normalistas requisitarão aos professores das escolas anexas turnos de crianças, até seis.

§ 1.º Estes pedidos devem ser feitos de modo que a população da escola anexa nunca seja reduzida a menos de metade.

§ 2.º Nas demonstrações de educação física o pedido pode ser feito até a totalidade dos alunos.

Art. 14.º As práticas enumeradas nas alíneas do artigo 4.º são sempre realizadas de modo que se tornem compatíveis com a assistência às aulas da escola normal.

Art. 15.º As práticas indicadas nas alíneas do artigo 5.º são executadas durante as horas lectivas da escola normal, cumprindo, todavia, aos alunos-mestres assistirem às aulas cujo horário for compatível com as referidas práticas.

Art. 16.º Ao aluno de prática não se marcam faltas nas aulas cujo horário for incompatível, mas aquele que faltar a uma prática terá a devida falta não só na caderneta, mas também em todas as aulas desse dia.

Art. 17.º Para os efeitos das práticas e tirocínios, os alunos formarão turnos semanais que entram de serviço por meio duma escala de rotação.

§ 1.º Cada turno é formado de quatro alunos duma mesma turma.

§ 2.º Quando a natureza do tirocínio exigir falta nas aulas, não poderá estar de prática mais de um turno em cada turma.

Art. 18.º As práticas serão executadas de preferência nas escolas anexas e de tirocínio que correspondam à especialidade do magistério primário a que os alunos-mestres se dedicam.

§ 1.º Para este efeito os alunos-mestres que obtiveram passagem à 2.ª classe devem fazer até o dia 15 de Outubro, por escrito, perante a secretaria da Escola Normal, a declaração da especialidade que escolheram.

§ 2.º Os alunos-mestres que completaram o número mínimo de práticas duma especialidade, podem requerer que durante o resto do curso ou depois dele acabado lhes seja permitido fazer as práticas doutra especialidade do ensino primário.

§ 3.º A especialidade do magistério primário infantil só é permitida a alunas.

Art. 19.º A todos os alunos-mestres será fornecida uma caderneta do modelo A junto, que servirá para o registo diário de todas as práticas, de notas, apontamentos, dúvidas, dificuldades, comentários dos alunos e bem assim a comprovação dessas práticas por meio da rubrica do respectivo professor e do director da Escola Normal.

Art. 20.º Na última semana de cada mês será afixada a lista dos turnos que entram de prática no mês seguinte com indicação da espécie de práticas, dia, hora e local.

Art. 21.º No dia seguinte à afixação, os alunos devem apresentar na secretaria da Escola a sua caderneta de práticas a fim de ser escriturada de harmonia com as práticas marcadas, e ser rubricadas pelo director as páginas onde estiverem consignadas as futuras práticas.

Art. 22.º Além da caderneta a que se refere o artigo 19.º serão entregues aos alunos vários questionários, como por exemplo, sobre as condições higiénicas em que funciona certa escola; o seu mobiliário, suas deficiências ou vantagens; sobre o horário, sobre os livros adoptados, etc., etc.

Art. 23.º A prática na Escola Normal e nas escolas anexas é feita sob a direcção do director ou dos professores normalistas conforme as suas especialidades, nos termos dos artigos 350.º, 356.º, 360.º e 361.º do regulamento geral.

Art. 24.º A prática é qualificada pelos professores da Escola Normal ou pelo director, nos termos e para os fins do artigo 364.º do regulamento geral.

Art. 25.º Os professores das escolas anexas assistem à prática dos alunos-mestres e devem auxiliá-los e encaminhá-los nos trabalhos que elles executam na sua escola.

Art. 26.º Na ante-véspera do início da prática dum turno, os alunos-mestres devem ir às escolas anexas ou de tirocínio, solicitar os pontos das lições a ensinar.

Art. 27.º Os alunos das escolas anexas também se dividem em turnos. A cada turno de tirocinantes caberá tanto quanto possível um mesmo turno de alunos durante toda a prática da 2.ª classe e durante duas semanas, na 3.ª classe.

Art. 28.º Quando nas escolas anexas houver aulas de manhã e de tarde, haverá um turno de tirocinantes de manhã e outro de tarde.

Art. 29.º Quando a população escolar apenas der para aulas num só destes períodos, a escola anexa funcionará sómente de tarde, a fim de os alunos-mestres poderem aproveitar tanto quanto possível as aulas da Escola Normal.

Art. 30.º As escolas de tirocínio, quer públicas, quer particulares serão designadas todos os anos lectivos pela Direcção Geral de Instrução Primária e Normal, sob proposta da direcção da Escola Normal e voto do conselho escolar.

Art. 31.º A direcção da Escola Normal cumpre estabelecer o acôrdo prévio entre ela e as direcções das escolas públicas ou particulares acerca das condições em que deve realizar-se o tirocínio, nos termos do artigo 6.º

Art. 32.º Em cada uma destas escolas não haverá de cada vez mais dum turno de tirocinantes.

Art. 33.º Os alunos-mestres apresentar-se hão na escola em que vão fazer o seu estágio, munidos da sua caderneta de práticas. Terminado o seu tirocínio o professor ou um director da respectiva escola lançará na referida caderneta as informações e apreciações que julgar conveniente, indicando os dias e horas em que o aluno-mestre esteve de estágio, o assunto das lições que fez, etc.

Paços do Governo da República, 14 de Janeiro de 1920. — O Ministro da Instrução Pública, *Joaquim José de Oliveira*.

2.º apêndice ao-Regulamento interno da Escola Normal Primária de Lisboa (Bemfica) ¹

Horários

A organização dum horário é um problema complexo. Os vários aspectos como podemos encará-lo, os diversos preceitos a que tem de subordinar-se, as leis a que tem de obedecer nem sempre se harmonizam e, por conseguinte, nem sempre podem observar-se integralmente.

A Pedagogia, a Pedologia e a Pedotecnia não se conjugaram, nem estabeleceram ainda bases rigorosas, preceitos indiscutíveis, regras necessárias e leis precisas para se organizar um horário perfeito.

Há ainda muita dúvida, muita hesitação, muitos pontos de discordância fundamental entre os autores, há ainda muito *apriorismo*.

A perplexidade é, pois, grande para quem pretenda ser rigoroso e obedecer às indicações das sciências da Educação.

I

Para quem é feito e quais os interesses que deve respeitar a organização dum horário escolar?

Ainda que pese a certos espiritos que não qualificamos, somos de opinião de que a Escola é do estudante e para o estudante.

Nela tudo deve convergir e conspirar para o seu exclusivo bem, isto é, das gerações que no futuro hão-de constituir a sociedade. As instituições sociais devem obedecer aos interesses colectivos, não dos órgãos, mas da função que desempenham; não são dos funcionários, dos que prestam serviços, mas daqueles a favor de quem esses são prestados.

As instituições sociais não se constituem para assistência dos respectivos funcionários; são de utilidade pública. Os individuos que nelas desempenham cargos têm de se sacrificar à sua função, ao seu objectivo.

Se a Escola tem como missão a Educação e sendo o sujeito da Educação o estudante que a frequenta, lógico se torna que para realizar o seu fim se atenda exclusivamente aos elevados interesses dessa missão e desse sujeito.

Mesmo quando se pretenda salvaguardar e melhorar a situação e os interesses do agente da Educação — o professor — deve sempre ter-se em vista de que melhorar as condições económicas e morais do professor é melhorar as condições dele exercer melhor a sua função, é aperfeiçoá-lo. Toda a vez que a melhoria só vise o professor ou que seja em detrimento da Educação e do estudante, ela deve ser posta de parte como um atentado contra a alta missão da Escola e como sendo a falência fraudulenta do professor.

A missão do professor é incompatível com a hegemonia do baixo egoísmo de interesse pessoal, da ganância. A profissão do mestre é de dedicação, de desinteresse e não pode deixar de revestir-se dum carácter ideológico, mesmo até de um ideal ingenuamente utópico, metafísico, mas incontestavelmente necessário para ter autoridade de ser um educador.

Quem se determinar apenas pela paga da hora da aula, só tratar da sua pessoa, não se sinta animado da-quele ascetismo já proverbial no professorado de todos os lugares e de todas as épocas e não procure realizar um ideal social de perfeição, começando por dar o exemplo, creio que errou o caminho. Enganou-se na escolha da profissão e burla a sociedade na pessoa dos seus alunos. Deve seguir por outra vereda.

A organização do horário escolar deve, pois, ser feita

¹ Extracto dos relatórios da Direcção sobre os horários do 1.º e 2.º semestres do ano lectivo de 1918-1919.

em proveito exclusivo do estudante, isto é, com o fim de obter uma melhor e mais perfeita educação.

Foi este o princípio fundamental que adoptámos e do qual cremos não nos desviámos.

II

O interesse da Educação e do sujeito da Educação exige a observância do princípio económico chamado *edonístico* que procura obter a máxima utilidade com o menor sacrificio possível.

Para que a Educação seja proficua, eficaz, é indispensável que a sua acção seja suave e agradável, *sentida* como boa e útil, e que o estudante *experimente* a sua necessidade.

Já lá vai o tempo em que os sacrificios morais e físicos constituíam uma base moral da Educação, em que o Trabalho era cousa considerada desprezível, era o castigo da carne, uma condenação dos pecaminosos. O trabalho era sempre *forçado*.

Dignificado o Trabalho, transformou-se de sacrificio em prazer, numa condição de vida. Trabalhar é viver. Para o ser humano educado, o Trabalho é o mesmo que a oração para o crente, como dizia Guyau. É então uma necessidade orgânica, como a respiração, como a alimentação.

Para que o Trabalho obtenha, porém, essa qualificação, forçoso se torna que seja atraente, interessante, que não cause dor. E para que assim seja deve respeitar a economia de energias individuais e, na nossa hipótese, dos estudantes.

Exigir trabalho excessivo ou organizá-lo de modo que o estudante se sinta incapaz, à mingua de forças ou de tempo, de o satisfazer cabalmente, é criar-lhe hábitos desonestos de não cumpridor dos seus deveres, pela impossibilidade ou grande dificuldade que têm de cumpri-los. A esse hábito profundamente desmoralizador, virá juntar-se o aborrecimento, o desinteresse, o desamor pela escola. E para fugir à má nota do professor, ou a uma repreensão, ele começará a faltar, a fugir da escola.

Ao organizar trabalho numa escola, é, pois, um dever fazer com que esse trabalho esteja de harmonia com as forças do estudante, com as leis do seu desenvolvimento. Só assim será atraente e só assim se poderá exigir do estudante o rigoroso cumprimento dos seus deveres, e em cujo hábito consiste a educação.

E como o horário duma escola é que organiza o trabalho e estabelece a seriação conexa das diversas especialidades de trabalho, daqui se conclui qual a sua grande responsabilidade e importância e como ele deve, acima de tudo, fazer da escola um lugar atraente, uma casa de trabalho em que o estudante se sinta bem nela.

Um mau horário pode destruir a acção educadora da escola, criar o ódio por ela e matá-la. Um bom horário deve fazer da escola um centro de atracção e contribuir poderosamente para que seja estimada e frequentada com prazer e amor.

Portanto, se o horário deve atender rigidamente aos objectivos da educação, ele deve também cuidar do sujeito da educação de modo que lhe crie o hábito, o prazer, a necessidade de trabalhar, de estudar. Só assim o educador poderá obter indivíduos dotados duma atenção voluntária suficiente que torne o ensino proficuo.

A atenção útil, de que se tira resultados é somente aquela que deriva inicialmente da atenção espontânea e esta só é provocada pela adesão e adaptação do indivíduo ao que lhe é mais agradável, ao que não lhe causa dor, e que, por isso mesmo, lhe destrói a tendência natural para a dispersão, para o perpétuo estado de polideísmo, como diz Ribot.

O horário tem, pois, de tomar em consideração esse facto para que a escola seja proficua e amada.

III

Postos estes princípios que definem o nosso critério na organização do horário, o primeiro ponto a resolver é sobre as horas em que de preferência devem funcionar as aulas isto é, se devem funcionar de manhã ou de tarde, ou se é indiferente ao interesse do estudante, ao melhor aproveitamento deste, à eficácia da acção educadora da escola.

O regulamento é omisso a este respeito, mas essa lacuna não é difícil de preencher, porquanto há quasi unanimidade em reconhecer a manhã como a parte do dia mais própria para o funcionamento das aulas, devendo estas começar o mais cedo possível.

A prática e a doutrina afirmam que é neste periodo do dia que o estudante está mais apto, mais pronto a receber os ensinamentos do mestre e a exercer com melhor aproveitamento a sua múltipla actividade, e principalmente a intelectual.

Adoptamos, portanto, a manhã para o funcionamento das aulas e o mais cedo possível.

IV

Fixámos para o início dos nossos trabalhos escolares as 9 horas e meia.

Não estabelecemos outra hora mais cedo, não só para respeitar hábitos que não poderiam alterar-se dum momento para outro, porquanto implicariamos com terceiros, mas também para atendermos à excentricidade de situação da nossa escola.

A fixação desta hora permite que o aluno se levante às 7 horas e meia, que tenha uma hora para tratar de si, lavar-se, vestir-se, almoçar *devagar*, e outra hora para caminho. Temos de contar, pelo menos com a viagem do Rossio a Bemfica, que é meia hora.

Com a hora fixada, creio que podemos exigir rigorosa pontualidade, sem tolerâncias desmoralizadoras.

V

Estabelecida a primeira hora lectiva de cada dia, resta agora fixar a sua seqüência ou sucessão de periodos lectivos.

O regulamento do nossa Escola diz-nos alguma cousa a este respeito.

Conjugando o quadro das disciplinas com os programas, vemos que está fixado o número máximo das horas semanais, e tendo ainda em atenção o disposto do § 1.º do artigo 225.º, que exige que as quintas-feiras haja apenas uma, duas, ou três aulas, nós podemos concluir que o número de aulas diárias para o primeiro semestre tem de ser de quatro, salvo às quintas-feiras.

O § 3.º do citado artigo 230.º exige que, entre duas aulas sucessivas, haja, pelo menos, um intervalo de 10 minutos e o artigo 229.º fixa a duração das aulas em 50 e 90 minutos.

Há portanto a estabelecer na sucessão dos periodos lectivos, intervalos de 10 minutos, pelo menos, e a atender à diversidade da duração das aulas ou tempos lectivos.

A boa disciplina exige que o início de cada tempo ou periodo seja simultâneo, a uma hora certa para todas as classes e turmas, em que porventura aquelas se dividam. Julgamos preferível começar à mesma hora e terminar a horas diferentes de que começar a horas diversas e acabar à mesma hora.

O Ex.º Professor Dr. Luís Passos tomou a louvável iniciativa de apresentar um projecto de distribuição do horário diário. Esse projecto pareceu-nos digno de acceitação, porquanto visa a satisfazer exclusivamente os interesses dos estudantes e corresponde às condições da sua

educação. Tem a necessária plasticidade para evitar os perigos já apontados, e adapta-se perfeitamente às exigências pedotécnicas.

Segundo esse projecto a fixação e distribuição dos tempos é a seguinte:

- I — Tempo: das 9 horas e meia às 10 horas e 20 minutos.
- II — Tempo: das 10 horas e meia às 11 horas e 20 minutos.
- III — Tempo: das 11 horas e meia às 12 horas e 20 minutos, ou 13 horas conforme os períodos de aula forem de 50 ou 90 minutos.
- IV — Tempo: das 13 horas e meia às 14 horas e 20 minutos ou 15 horas, conforme os períodos de aula forem de 50 ou 90 minutos.

Por esta distribuição, as aulas começam todos os dias às 9 horas e meia, com um período lectivo de 50 minutos seguido de um intervalo de 10 minutos.

O segundo tempo começa às 10 horas e 30 minutos, com outro período lectivo de 50 minutos e intervalo de 10 minutos.

O terceiro tempõ às 11 horas e 30 minutos com períodos lectivos variáveis, conforme a disciplina, de 50 e 90 minutos. Segue-se-lhe a este tempo um intervalo maior, destinado a um repouso mais prolongado e ao lanche. O mínimo d'este intervalo é de 30 minutos, atingindo nalgumas turmas, em certos dias, 70 minutos quando o terceiro tempo fôr apenas de 50 minutos.

O quarto e último tempo começa às 13 horas e 30 minutos e é também de períodos lectivos variáveis, conforme a disciplina fôr de 50 e 90 minutos.

As quintas-feiras, tanto no primeiro como no segundo tempo há nalgumas turmas períodos de 90 minutos. Quando é no primeiro tempo, segue-se-lhe um intervalo de 15 minutos e o segundo começa às 11 horas e 15 minutos.

Nun mesmo dia não há, em regra, para cada turma mais dum período de 90 minutos.

VI

Antes de proseguirmos nas nossas considerações acêrca das condições e do critério de projectos de horários, cumpre-nos fixar doutrina a respeito duma disposição do nosso regulamento.

Segundo esse regulamento a duração das aulas é de 50 e de 90 minutos.

Esta distinção deve ser interpretada em termos hábeis e não rígidamente.

Julgamos que as aulas devem ter a duração mínima, média ou máxima fixada no regulamento conforme a sua natureza e exigências do ensino e não de harmonia com a distinção, pouco feliz, aliás, que a lei n.º 233 fazia entre cursos teóricos e cursos práticos.

Na nossa opinião não há cursos práticos e teóricos. A boa lógica diz-nos que os chamados *práticos* são e devem ser também teóricos e que estes devem ser ser também *práticos*. De contrário cairíamos no erro de fazer cursos inteiramente empíricos e cursos sómente doutrinários, que corriam o risco de redundarem em simplesmente verbais ou de puro psitacismo. Temos de fazer ciência e para a fazer é indispensável ligar a prática, a experiência dos factos à teoria, à doutrina dos pensadores e dos sábios.

Se obedecêssemos cegamente a essa letra da lei, teríamos a incongruência das aulas de música e de gymnastica se prolongarem até 90 minutos e as aulas experimentais de laboratório e de gabinete, das sciências naturais, da pedologia, da geografia terem apenas 50 minutos.

Parece que a boa hermenêutica e o respeito pelos princípios pedagógicos e pela lógica aconselham-nos a que interpretemos o artigo 7.º do regulamento, independentemente da falsa distinção entre cursos teóricos e práticos, e que tomemos em consideração apenas o género de trabalho das disciplinas.

Sempre que pela sua natureza e necessidades do ensino, estas exijam períodos de 90 minutos deve consignar-se tal duração no horário, ainda que se trate dum curso chamado teórico, assim como deve dar-se apenas uma duração de 50 minutos às disciplinas que mais não comportem ainda que sejam das que estão sob a rubrica de cursos práticos.

Com este critério, não duvidamos consignar à geografia três aulas de 50 minutos e uma de 90 minutos destinada a trabalhos especiais de laboratório, e às aulas de música e de gymnastica apenas a duração de 50 minutos como não duvidaremos, no futuro, à medida que as disciplinas forem figurando, no horário e o edificio o permita, de consignar períodos de 90 minutos aos trabalhos de laboratório e de gabinetes experimentais, às de sciências naturais, à pedologia, à pedagogia, e maior número às de geografia, etc.

VII

Estabelecida esta interprefação que reputamos a mais harmónica com os bons princípios, passamos à parte mais complexa do problema dos horários escolares.

Referimo-nos à distribuição das diversas disciplinas do curso pelos dias lectivos.

Quais as regras que devemos adoptar? Qual o critério preferível?

A complexidade do problema leva-nos a que o dividamos em partes.

Fixado pelo artigo 228.º e tabela anexa ao regulamento, o número de aulas consignadas a cada disciplina e ainda a sua distribuição pelas três classes do curso, resta-nos determinar a sua integração e distribuição no horário.

Vários são os princípios a que tem de obedecer:

1.º Necessidade de estabelecer um critério uniforme de successão das disciplinas atinente a fatigar o menos possível o estudante.

Sobre este problema há diversos critérios:

a) Critério duma escala decrescente de coeфициência ponogénica, desde o início do dia lectivo até ao seu termo. Segundo este critério as aulas mais fatigantes estão no 1.º tempo lectivo;

b) Critério duma escala crescente até o 2.º ou 3.º tempo, seguida duma escala decrescente até o final do dia. Nesta hipótese a disciplina mais fatigante ocupa o 2.º ou 3.º tempo;

c) Critério das alternativas, intercalando as disciplinas menos fatigantes com as de maior coeфициência ponogénica;

d) Critério mixto em que se combinam o critério da alínea a) com o da alínea b) ou com o da alínea c), ou ainda o da alínea b) com o da alínea c).

Parece-nos preferível um dos critérios mixtos: o que adopta a escala crescente até o 2.º tempo seguido duma escala decrescente até o fim do dia, combinada esta última com o critério das alternativas, nos dois últimos tempos.

Exemplifiquemos: no 1.º tempo, uma disciplina de coeфициente médio; no 2.º uma disciplina de coeфициente máximo e da mesma ou semelhante natureza; no 3.º uma disciplina doutra natureza ponogénica; no 4.º uma disciplina doutra natureza da do 3.º e de coeфициente mínimo.

É este o critério que procuramos seguir tanto quanto

nos é possível e só dêle nos afastaremos quando obrigados pelas circunstâncias.

Julgamos bom iniciar, quanto possível, o trabalho lectivo diário por uma disciplina de coeficiente médio, em vez de logo, de entrada, se exigir de chofre o máximo esforço psíquico. Este tempo é preparatório, serve de transição da vida extra-escolar para a escolar, da dispersão para a concentração das energias.

Reservamos o 2.º tempo para a disciplina que presumimos ser de maior coeficiente pognogénico, e mais ou menos da mesma natureza, dirigindo-se a espécies diversas. Seguimos assim o conselho de Claparede, de evitar pelo exagêro o risco de perder os bons efeitos da continuidade de exercício e do treino do trabalho num determinado sentido.

VIII

A teoria das alternativas é para respeitar-se nos seus intuitos e seguir-se na prática. Mas julgamos que convêm não exagerá-la, nem tam pouco defendê-la pelos seus primitivos fundamentos. A princípio e ainda para muitos dos seus partidários é, afinal, uma representante do velho dualismo metafísico que distinguia profunda e independentemente nos individuos uma natureza física duma natureza moral — o corpo e a alma. E com este fundamento requeriam e requerem os pedagogos desta escola filosófica que a sucessão das aulas se fizesse o faça intercalando disciplinas em que há fadiga moral ou intelectual ou do espirito com disciplinas em que há fadiga física, ou do corpo.

Mas, tanto sob o aspecto objectivo como subjectivo ¿há realmente disciplinas que estejam neste caso?

A moderna pedagogia, introduzindo na educação os trabalhos manuais e generalizando-os a todas as disciplinas, adoptando métodos experimentais e activo-motores em substituição dos velhos métodos passivos e nominalistas que apelavam sómente para a memória de palavras e de frases, não destruiu essa dualidade?

E qualquer que seja a espécie de actividade, de atenção, não há sempre um apêlo à economia geral do individuo, à sua energia, às suas forças e ¿ele não se gasta, não se esgota?

¿Não é a fadiga um fenómeno geral que corresponde a uma intoxicação geral, nervosa e muscular? ¿Não se produz, tanto na parte do cérebro que trabalha causa da fadiga, como nas outras partes do cérebro e do organismo que estiveram aparentemente em inactividade?

¿Não está hoje provado que os individuos que se dedicam a trabalhos mentais, a estudos de gabinete, quer lendo, quer escrevendo, se esgotam fisicamente e que individuos que têm um aturado e excessivo trabalho muscular se tornam incapazes, por estenuamento, de pensar, de raciocinar?

¿Todos os males mentais, todas as taras psíquicas não são, afinal, resultantes do mau funcionamento de órgãos, da pobreza ou da morbidez do ser físico?

¿Uma respiração incompleta e imperfeita, uma circulação defeituosa, uma alimentação deficiente ou má não influem poderosamente nas manifestações psíquicas?

O individuo humano é um ser complexo, os seus órgãos e aparelhos são solidários. A essa solidariedade orgânica deve, pois, atender o higienista, o pedagogo e o pedotécnico, no sentido de que é um erro dizer-se que quando o individuo escreve, lê ou estuda descansa fisicamente e quando trabalha muscularmente o seu cérebro descansa e está adquirindo novas forças?

¿Mas ao exagêro e erro primitivos do fundamento da teoria das alternativas devemos contrapor outro exagêro, condenando a por completo?

De modo algum.

Todo' o estudo, toda a aplicação da actividade de um

ser exige o fenómeno da atenção. A atenção pode ser solicitada mais ou menos espontâneamente ou voluntariamente, conforme o objecto que a provoca é mais ou menos atraente, agradável e exige mais ou menos tempo de maior ou menor intensidade de energia.

Quanto mais o objecto é menos atraente ao individuo, tanto mais ela tem de ser voluntária e, portanto, maior soma de energias se gastam no individuo e como entre as diversas disciplinas há umas cujo estudo é mais atraente do que noutras, daqui se segue que a teoria das alternativas tem razão de ser e deve ser, quanto a nós, respeitada sob este aspecto *quantitativo*.

Mas parece-nos que sob o aspecto da *qualidade* também é defensável.

As diversas disciplinas não requisitam sempre a mesma espécie ou qualidade de actividade, não se dirigem sempre directamente ao mesmo órgão. Cada disciplina pede immediata e directamente ao *seu órgão* o necessário esforço, a indispensável actividade para ser assimilada; implica do preferência a função de certo órgão, a atenção ou adaptação de determinado sentido especial.

A solidariedade orgânica não vai ao ponto de que todos os órgãos se gastem ao mesmo tempo e igualmente; os órgãos prestam auxilio económico uns aos outros, mas obedecem entre si a uma escala de afinidades. Solicitada certa actividade, é o órgão especial dessa actividade que funciona primeiro. Esse funcionamento pode ou não esgotá-lo. Se o esgota, os órgãos que mantêm com êle maior afinidade, maior solidariedade são obrigados a vir auxiliá-los o, porventura, a ser esgotados também, e assim sucessivamente. Um foi esgotado e sacrificado directa e immediatamente, os outros foram-no indirecta e mediatamente.

É a este aspecto da *qualidade* que devo atender-se na organização dum horário, alternando as disciplinas conforme a espécie de órgão ou órgãos que solicitam principalmente a espécie do sentido para que directamente apela, de modo que a economia do estudante não se desequilibre desenvolvendo ou estenuando um órgão à custa doutros, um sentido em detrimento ou em subalternização doutros — contrariando assim o princípio de que a educação sob o aspecto subjectivo deve ter como fim o desenvolvimento e aperfeiçoamento integral e harmónico das actividades e energias do individuo.

Um bom horário, um horário ideal, para que todos devam tender, tem de distribuir as disciplinas de modo que em cada dia haja alternativas de actividade, de atenção, não só para evitar fadiga derivada da monotonia do esforço, mas ainda para que cada dia não deixem de funcionar e de educar integralmente as actividades do individuo, isto, porém, sem doixar de ter em conta o princípio salutar da continuidade do trabalho, da persistência no mesmo exercício e da eficácia do treno. Deve adoptar-se a prática das alternativas, mas evitar que sejam constantes e tam amiudadas que o estudante nunca tenha tempo para se concentrar, para tomar firmeza num certo e determinado trabalho, para que certa actividade se habitui a exercer-se e certo órgão a funcionar.

Concretizando o exposto, somos de opinião que as disciplinas que exigem principalmente energia intelectual, que requerem uma atenção mais intensa dos sentidos mentais devem ser colocadas nas primeiras horas do dia lectivo, nos dois primeiros tempos, consecutivamente, sem alternativas de disciplina fundamentalmente diversas. Não deve cometer-se, todavia, o abuso de exigir a mesma espécie de actividade, num terceiro tempo.

O terceiro tempo deve ser preenchido por uma disciplina que se dirija a nova e diversa actividade, como as de desenho, música, trabalhos manuais educativos, trabalhos de gabinete e de laboratório.

No quarto e último tempo devem corresponder aulas de carácter intelectual predominante ou os exercícios de

educação física, como complemento e correção dos trabalhos executados nas aulas anteriores.

E assim coordenámos os dois critérios que julgamos dignos de adoptar-se: o da *quantidade*, o da *qualidade* de fadiga que as diversas disciplinas provocam no estudante.

IX

2.º Necessidade de equilibrar o trabalho semanal do estudante de modo que não haja grandes diferenças entre os dias lectivos.

As disciplinas devem distribuir-se pela semana de modo que não haja dias mais sobrecarregados do que outros, applicando-se também o principio das alternativas ou os critérios das escalas crescentes e decrescentes?

Parece-nos que o melhor é o do equilibrio de modo que se evite dias de excessivo trabalho, quer na escola, quer na preparação das lições, ao lado doutros de pouco ou nenhum trabalho.

Mas é também um facto que há dias da semana em que o estudante se mostra mais adaptável e atento ao trabalho do que outros. Os autores dizem-nos que a segunda-feira é o pior dia e que a sexta-feira o melhor para o estudante aproveitar as lições do mestre.

Difícil nos é satisfazer este requisito, mercê do limitado número de professores com que contamos.

Porém, um dia lectivo houve que julgamos dever aliviar o mais possível. Foi a quinta-feira, o que, aliás, está de harmonia com o § 1.º do artigo 230.º do nosso regulamento que para esse dia fixa de duas o número máximo das aulas.

Seria para desejar, que nesse dia houvesse apenas aulas essencialmente práticas, de laboratório, de officina ou de gabinete, a fim de que a tarde e a noite de quarta-feira fôssom de descanso para o estudante.

Conseguimo-lo para as duas primeiras turmas. Para as outras duas, fomos obrigadas a transigir e a incluir, pelo menos, uma das disciplinas de carácter intelectual predominante. Foi a do português uma das nossas disciplinas, que relativamente, tem menor valor ponogénico, como veremos.

X

3.º Necessidade de que no mesmo dia não haja para a mesma turma duas aulas da mesma disciplina.

Observámos rigorosa e escrupulosamente este salutar preceito. E pôsto que o nosso regulamento no § 2.º do artigo 230.º abra uma excepção para as aulas dos chamados cursos práticos, permitindo duas aulas da mesma disciplina no mesmo dia, nós mantivemo-nos dentro dos bons principios. E procuramos ser tam rigorosos neste requisito pedagógico que até evitamos a sucessão no mesmo dia de aulas de disciplinas, semelhantes, como, por exemplo, as de metodologia e pedagogia; as aulas de desenho e trabalhos manuais ou trabalhos práticos.

Só abrimos uma excepção nos horários da 3.ª e 4.ª turmas em que a uma aula de trabalhos práticos de geografia se segue uma de desenho. E fizemo-lo forçados pela impossibilidade dos professores estarem ao mesmo tempo em duas aulas.

Assim se evita que se solicite extenuantemente do estudante, em períodos sucessivos, a mesma espécie de atenção, a mesma qualidade de actividade predominante, a mesma quantidade de igual espécie de esforço, perturbando assim a sua economia e equilibrio fisiológico.

XI

4.º Necessidade de evitar a sucessão imediata ou alternada de períodos de 90 minutos no mesmo dia lectivo.

Também fomos rigorosos neste requisito. Em nenhum dia lectivo há mais de um período de 90 minutos.

Procurámos evitar tanto quanto possível que as aulas de trabalhos manuais em que o aluno pode ter necessidade de permanecer de pé durante 90 minutos e tem actividade mais intensa o sentido muscular, fôssom precedidas ou seguidas da aula de gymnástica.

No entanto as circunstâncias impuseram-nos que cometêssemos esse erro na 3.ª e 4.ª turmas.

Preferimos todavia esse erro ao de colocar o desenho em seguida à gymnástica, que é, a nosso ver, de piores conseqüências.

XII

5.º Necessidade de evitar a sucessão imediata de disciplinas de coeficiente ponogénico máximo, para rigorosa observância dos números anteriores nomeadamente do 1.º

e um dos problemas mais complexos da pedotecnia.

Qual é o coeficiente ponogénico absoluto e relativo de cada uma das disciplinas do quadro do curso da Escola Normal?

Os autores pedagogos e pedolôgos empregando os diversos métodos e processos conhecidos de avaliar a fadiga, divergem contudo, não só de nacionalidade, que não é tanto para admirar, mas até dentro de cada nacionalidade.

Claparede, Faria de Vasconcelos e outros citam alguns desses autores e nos dois volumes de actas e relatórios do primeiro e último Congresso de Pedagogia também alguma coisa se fala sobre o assunto.

Temos presente as diversas escalas de Wagner, Sakaki, Kemsies, Newsholmo, Blazach. Observando, comparando e conjugando essas escalas podemos construir três grupos de disciplinas.

Grupo A — De coeficiente ponogénico máximo: matemática, gymnástica e línguas.

Grupo B — De coeficiente ponogénico médio: história e estudos afins (moral, religião).

Grupo C — De coeficiente ponogénico mínimo: geografia, sciências naturais, desenho e canto.

Para Sakaki, as sciências naturais servem até para descanso e o desenho é de coeficiente nulo.

Para Kemsies, a gymnástica ocupa o cume da gradação ponogénica e Claparede aconselha a sua divisão em duas categorias: gymnástica pedagógica ou educativa, exercida de preferência de manhã, mas antes de qualquer refeição; e gymnástica higiênica, realizada à tarde do último tempo lectivo.

Corresponderá, porém, esta escala, resumo das escalas organizadas no estrangeiro e com indivíduos de psicologia diferente da dos nossos estudantes, à verdade dos factos, em Portugal?

O coeficiente ponogénico duma disciplina é muito aleatório e contingente.

Só podemos estabelecer regras gerais e tam gerais, que chegam a ter um carácter acentuadamente abstracto. Assim como é vulgar afirmar-se que não há doenças, e que há somente doentes, assim também julgamos poder afirmar que a fadiga varia de indivíduo para indivíduo, que para cada indivíduo há uma escala de coeficiências e não há uma escala geral, absoluta para todos. Só pode organizar-se uma escala geral de coeficiências seguindo o método das concordâncias.

Diversos e variáveis são os factores que determinam esse coeficiente.

Há factores de ordem cósmica, geográfica, social e individual ou orgânica. Todos eles influem poderosamente na determinação do grau ponogénico duma disciplina. E como todos eles são variáveis no tempo e no espaço, actuando com intensidade diversa e persistência diferente, succede que desta variabilidade nasce uma in-

finidade de combinações que constituem plexos de influências, de determinantes que originam por sua vez tantos estados particulares quantos são os indivíduos.

O clima, com a sua temperatura, humidade, regime de ventos, grau de iluminação; o dia da semana, a natureza do solo e sub-solo, a altitude, águas correntes, as estações, os períodos do tempo em que se dividem os dias, a orientação da Escola, a posição do corpo, a boa ou má qualidade do mobiliário e do material didáctico, a alimentação (qualidade e quantidade), o abuso do álcool, a hereditariedade, a ambiência escolar e social, os hábitos individuais e de família, etc., o temperamento, as taras, os aptidões, as tendências, a inteligência (qualidade e quantidade), a idade, o sexo, etc., são outros tantos factores que podem influir variadíssimamente nos indivíduos para que uma disciplina tenha graus diversos de fadiga.

Há disciplinas que são verdadeiras torturas para certos estudantes e noutros provocam interesse, entusiasmo, paixão. Há disciplinas que são estudadas com *gosto* pelo estudante A, que *nunca se cansa* com o trabalho que lhe dedica e que causam um insuportável martírio no estudante B, logo após alguns minutos de atenção.

Um critério único que satisfaça todos os indivíduos, aplicável a todas as psicologias, a todas as pessoas e que esteja de harmonia com as condições de fadiga de cada aluno; uma distribuição das disciplinas de maneira que satisfaça a economia de cada aluno, é, pois, impossível.

Há alunos que se fatigam num crescendo, outros há ainda que têm alternativas, quer formando uma curva ascendente até certo limite para depois decrescer, quer descrevendo a princípio uma curva descendente, para em certo momento desenvolver-se ascendentemente.

Temos pois de contar com o temperamento, com as aptidões, qualidades boas ou más de assimilação por parte do aluno — todos filhos em última análise, do meio social, geográfico, etc., em que ele vive.

Nesta hipótese não há escala ponogénica que resista. Uma escala absoluta não pode prevalecer e aplicar-se scientificamente. Seria pura metafísica e uma fonte de erros grosseiros e de incongruências.

A dignidade da Ciência obriga-nos a ter em consideração a casuística; as modalidades com que na natureza se apresentam os diversos fenómenos psicológicos e sociais.

E se estes factos não bastassem, outros há que convêm salientar: é o que deriva das boas ou más qualidades magistrais dos professores que podem alterar por completo uma escala ponogénica que por ventura estabelecamos. E assim a matemática pode tornar-se relativamente numa disciplina de coeficiente mínimo e a geografia numa de coeficiente máximo, conforme as qualidades especiais dos respectivos professores.

Por conseguinte o coeficiente ponogénico duma disciplina depende de múltiplos e complexos factores, e a escala relativa entre as diversas disciplinas só pode ter um carácter científico quando se atenda às condições locais e sociais, às qualidades do corpo docente duma escola.

Na impossibilidade de se aplicar em cada escola uma escala ponogénica para cada aluno, cremos que pode formular-se, pelo menos, uma geral para cada escola, tendo em atenção todos os factores que indicamos.

E essa escala só pode organizar-se em face da experiência, após alguns anos de funcionamento, de estudos e observações directas e dos dados fornecidos pela Pedagogia, Pedologia e Pedotecnia, conjugadas.

XIII

Temos, portanto, de nos conformar com a generalidade, segundo uma escala ideal, que abrange o mais possível a generalidade, o comum, a vulgaridade. E esta-

belecida essa escala, que é a que já formulámos, convêm organizar um horário igualmente geral, tendente a respeitar tanto quanto possível essa escala e, por conseguinte, aplicável à maioria em holocausto da minoria, das especialidades individuais e sociais.

Apesar da complexidade do problema, da pouca firmeza científica que ainda há na sua solução, sobretudo para o nosso país e ainda de a doutrina, quando fixada, ficar dependente do casuística em que é ministrado o ensino, julgamos poder adaptar aproximadamente e a título de experiência a escala já citada.

XIV

Este assunto é perene em dificuldades. Outra nos aparece bem digna de ponderação. Os autores que organizaram as diversas escalas da gradação da fadiga, fizeram-no sobre experiências diversas daquelas que decerto se poderiam fazer na nossa escola.

Estudaram os graus de fadiga provocada pelo estudo intrínseco das matérias científicas, do seu conteúdo e não do ensino da respectiva *Metodologia* e *Processologia* de ensino pedagógico e normalista duma ciência ou disciplina.

A escalas de coeficiente ponogénico foram pois construídas sob um aspecto diverso do da nossa escola. Os autores observaram o grau da fadiga do *ensino duma disciplina*, da sua *aprendizagem*, isto é, do grau de atenção exigido à criança para tomar conhecimento da matéria de determinada disciplina.

Atendendo, porém, ao carácter profissional da nossa escola, em que não se trata de ensinar essa matéria, quer indicando o estudante em certa ciência, quer dando-lhe e desenvolvendo novos conhecimentos da matéria que a constitui, mas, sim, os métodos e processos como ela deve ser ensinada para melhor e mais facilmente ser aprendida, ocorre-nos pois perguntar se deve manter-se a mesma gradação de coeficiência. Concretizando: o estudo, a aprendizagem, a prática da metodologia e processologia dogmática das matemáticas, corresponderão a um coeficiente elevado, ocuparão o mesmo lugar na escala que está estabelecido para o estudo da matéria que constitui o seu objecto?

¿Ou, pelo contrário, há alteração, e até inversão, passando, por exemplo, a Geografia a ocupar o mais elevado grau da escala?

Se assim é, ¿qual o critério a adoptar?

O que a experiência pedológica, pedagógica e pedotécnica nos aconselhar. Para ela apelaremos na organização dos nossos futuros horários.

XV

Nova dificuldade nos aparece. Os autores nas suas experiências e nas tabelas que organizaram sobre esta base, não cogitaram dalgumas das disciplinas que constituem o curso normalista.

Não tendo os autores curado do problema da fadiga nas escolas normais, mas nas escolas de educação geral não é para admirar semelhante lacuna.

¿Como resolver, porém, a dificuldade, sem os dados indicativos da ciência da experimentação sistematizada?

Só a analogia nos poderá aconselhar provisoriamente e a título precário.

A disciplina «Pedagogia» pertence indubitavelmente ao ramo das ciências denominadas psico-colectivas. O seu conteúdo é baseado na psicologia e na sociologia — as ciências menos gerais e mais complexas do quadro dos conhecimentos humanos. Por sua natureza, pode, pois, ligar-se num grau de maior complexidade às ciências naturais e também às ciências sociais, devendo ocupar, porventura, um lugar na escala ponogénica, entre aquelas e estas ciências (geografia, história, economia, etc.).

Mas considerando a falta de preparação mental e de conhecimentos para o estudo dos fenómenos psico-colectivos e ainda a intensidade e desenvolvimento que ela exige na nossa escola, não hesito em colocá-la como uma das disciplinas que vai requerer dos nossos alunos maior soma de atenção, maiores estudos, e incluí-la no primeiro grupo da escala, não ousando todavia, marcar-lhe desde já o seu lugar relativo às demais disciplinas.

O mesmo succede com a disciplina «Metodologia». Pela sua natureza está incluída na Psicologia, na Lógica. É também um estudo complexo, para o qual não há preparação mental. A novidade do seu estudo pode torná-la atraente, mas a falta de hábito e de observação e de educação determinista deve tornar esta disciplina, como a Pedagogia, difícil de assimilação.

Portanto consideramo-la também como pertencendo ao 1.º grupo da escala, aguardando os resultados da experiência para lhe darmos o seu lugar definitivo e relativo na escala dos valores pönogénicos.

XVI

Também nada nos dizem os autores citados a respeito dos Trabalhos Manuais educativos. Parece-me que não podemos estabelecer um só coeficiente para todos os trabalhos manuais. Estes trabalhos, pôsto que qualificados genericamente de «manuais» têm especialidade, dirigem-se a todos os sentidos, educam e estimulam todas as actividades do indivíduo e para cada espécie de trabalho deve estar reservado um grau de fadiga e uma espécie de fadiga predominante.

Nestes termos apenas podemos afixar *à priori* o seu lugar na escala pönogénica. Parece-nos, todavia, que não erramos muito colocando uns no grupo médio da nossa escala e outros no grupo mínimo, ao lado do desenho.

XVII

Nesta orientação, consideramos a pedagogia, a metodologia e a matemática na mesma gradação provisória seguida do português e este da geografia.

Isto, nas disciplinas acen-tuadamente intellectuais, considerando esta última como de transição para as acen-tuadamente musculares. Quanto a estas, os autores apenas falam da Gimnástica.

XVIII

A Gimnástica é considerada como uma das disciplinas de mais elevado grau pönogénico, e Kemsies não duvida, como dissemos, colocá-la no mais elevado da escala.

Fica assim posta de parte a ainda não muito velha mas condenável teoria de que a gymnástica era um pas-satempo, um recreio, estando incluída na parte do dia destinada ao descanso do estudante.

Relativamente ao lugar que deve ocupar no horário de cada dia lectivo, aconselham os higienistas, pedagogos e pedotécnicos que deve estar no último tempo ou, quando não seja possível, num dos últimos tempos, devendo seguir-se um intervalo, pelo menos, de 30 minutos.

A gymnástica não deve estar nos primeiros tempos lectivos, porquanto nestes períodos o estudante está mais capaz de aceitar e assimilar os ensinamentos das disciplinas de carácter intellectual predominante, o que seria perder uma bela ocasião, que na economia da educação redundaria numa grave prodigalidade e também porque no primeiro tempo após o almoço seria anti-higiénico.

Quanto a este ponto, torna-se impossível evitar que a Gimnástica siga, ainda que com um intervalo de 30 mi-

nutos, ao lanche dalgumas turmas e que apareça às vezes à 1.ª hora das quintas-feiras.

São as circunstâncias que a isso obrigam.

No primeiro tempo não podia ser, como dito fica. No segundo quebrava-se demasiado o treno do trabalho intellectual encetado no primeiro tempo e perdia-se a melhor ocasião do dia lectivo para colocar as aulas de maior dificuldade de assimilação e que requerem, por isso, maior e mais intensa atenção e energia intellectual. Além de que, há certos estudos que não podem seguir-se à gymnástica sem longos intervalos; de mais de 30 minutos, por exemplo, o desenho e certos trabalhos manuais, o que não podia realizar do segundo para o terceiro tempo, mas que pode realizar-se do terceiro para o quarto tempo.

Somos, portanto, forçados a colocar a Gimnástica nos terceiro e quarto tempos. E quando se conte só com um professor, inúteis se tornam todas as tentativas de colocar a Gimnástica só no quarto tempo, porque algumas turmas teriam de ser sacrificadas ou beneficiadas, colocando-as no terceiro tempo.

XIX

Feitas estas simples notas justificativas do nosso horário e da orientação que nos deve guiar na sua organização, resta-nos falar da divisão da população escolar por turmas e ainda do critério que deve presidir a essa divisão.

Os alunos foram distribuídos pelas seguintes classes ou grupos:

- 1.º Os que fizeram exame de admissão.
- 2.º Os reprovados no 1.º ano da antiga Escola Normal cu- com os 1.º ou 2.º ano desta escola ou com os 5.º, 6.º ou 7.º anos dos liceus.
- 3.º Diplomados pela antiga Escola.
- 4.º Professores officiais effectivos.

XX

É evidente que quanto menos numerosos são os grupos em que os alunos de uma escola se reúnem, tanto mais proficua é a acção educadora do professor, melhores são as condições de disciplina e mais fácil é a investigação e apreciação acérca de cada aluno.

Os princípios aconselham, pois, que a população escolar se fragmente em pequenas turmas, tam homogéneas quanto possível, e ainda estas em turnos.

O nosso regulamento estabelece disposições a este respeito nos artigos 231.º e 356.º

Pelo primeiro é fixado o número médio de 30 alunos e o número máximo de 35 para cada classe ou turma. Na nossa opinião o número máximo deveria ser de 30 e médio de 25 alunos, Mas o que está legislado já é alguma cousa, tanto mais que o citado artigo 356.º vem satisfazer em parte esse nosso desejo quando determina que a prática dos alunos nos diversos gabinetes e officinas é feita por turnos *mais ou menos numerosos*, conforme a natureza do trabalho a executar, e material disponível e as dimensões da instalação.

Nestes termos, todas as disciplinas que têm trabalhos práticos de gabinete ou officinas como sciências, geografia, pedologia, desenho, modelação, trabalhos manuais, noções de agricultura e de economia doméstica, podem e devem dividir as suas turmas em dois turnos, pelo menos, conforme a natureza dos trabalhos a executar, o material disponível ou ainda as dimensões de instalação.

Os trabalhos de gabinete, de laboratórios, oficinas, as aulas essencialmente práticas não devem ter mais de 18 alunos para que o ensino se faça com eficácia.

Infelizmente, porém, devido àquela última condição, que noutras circunstâncias poderia justificar a solutar divisão das turmas em turnos, somos forçados este semestre, e, talvez, este ano, a contentarmo-nos, nalgumas disciplinas, com a divisão mínima em turmas, porquanto se estabelecessemos turnos não teríamos instalações. As poucas aulas que temos disponíveis contrariam as nossas aspirações e impedem que apliquemos os bons princípios pedagógicos do artigo 361.^o

No horário deste semestre apenas podemos dividir as turmas em turnos nas aulas de trabalhos manuais e ainda nas turmas mixtas, nas aulas de ginástica, em obediência ao bom princípio estabelecido no artigo 352.^o do regulamento.

XXI

Os turnos de trabalhos manuais são paralelos. Exigem dois professores. A estes cumpre estabelecer as alternativas de aulas a fim de não se encontrar na mesma sala de aula.

XXII

As turmas mixtas são as pares. Os turnos em que subdividem para o fim da aula de ginástica têm sessões sucessivas. A primeira para os alunos, a segunda para as alunas.

Nestas turmas a aula de ginástica dura 90 minutos: 45 minutos para cada sessão ou turno.

Dentro do horário da ginástica, do desenho, trabalhos manuais, etc., estão incluídos os preparativos dessas aulas e o tempo necessário para a arrumação do material, e na ginástica para se vestirem e despirem os alunos.

Paços do Governo da República, 14 de Janeiro de 1920. — O Ministro da Instrução Pública, *Joaquim José de Oliveira*.

Direcção Geral do Ensino Superior

1.ª Repartição

Portaria n.º 2:122

Tendo o Estatuto Universitário, aprovado pelo decreto com força de lei n.º 4:554, de 6 de Julho de 1918, substituído o grau académico de *bacharel* pelo de *licenciado*: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Instrução Pública, que o modelo da carta de formatura em *Letras* e em *Sciências*, aprovado pelo decreto n.º 2:989, de 17 de Fevereiro de 1917, seja substituído pelo seguinte:

(Modelo da Carta de formatura [*Licenciado*] em *Letras* e em *Sciências*)

R. (Selo da respectiva Universidade) P.

DOCTOR LUDOVICVS EMMANVEL CORREA DE BARROS,
Iurisprudentiae Facultatis in Conimbrigensi¹ Vniuersitate Professor Ordinarius, eiusdem Vniuersitatis Rector, simulque alma Academia ipsa:

ALAM testamur certioresque facimus omnes et singulos basce Litteras inspecturos, quod el . nir IACOBVS TEIXEIRA DE CASTRO, ANDRAE DE CASTRO E SOUSA filius, in oppido Vila Nova de Gaia Portucalensi territorio natus, *Licentiatum* Gradum in praeclara Scientiarum² Facultate (Physico-chemicarum

Scientiarum³ diuisione) laudabiliter et honorificè⁴ adeptus est, cursibus suis de more peractis et publica probatione praemissa, in qua idoneus Praeceptorum suffragio indicatus est. Itaque ergo haec alma Conimbrigensis⁵ Academia ipsum *Licentiatum* Gradum in *Scientiarum*⁶ Facultate decorauit die xxviii . mensis Octobris anno M . DCCCC . XV . Cuius rei, in «Libro Actuum et Graduum» fol. iv adnotatae, testimonium publice perhibentes, has Litteras a Nobis signatas, appenso magno Academiae sigillo, praedicto bene merenti Licentiatum dedimus Conimbrigae⁷, die septima Decembris anno millesimo nongentesimo quingentesimo. Et ego, Antouius Maria Botelho, Vniuersitatis a secretis, easdem subscripsi.

(a) Dr. *Ludouicus Emmanuel Correa de Barros*
Rector Vniuersitatis

(a) Dr. *Menendus de Oliveira e Silva*
Vniuersitatis Procancellarius

(Lugar do selo pendente)⁸

OBSERVAÇÕES

¹ Ou Ollisiponensi (se a Carta fór passada pela Vniuersidade de Lisboa); ou Portucalensi (se a Carta fór passada pela Universidade do Porto).

² Ou Liberalium Artium (Letras).

³ Estas palavras varium segundo a secção, em que se deu o grau de Licenciado. Assim, na Faculdade de Letras: Philologiae Classicae; ou Philologiae Romanicae; ou Philologiae Germanicae; ou Historiae et Geographiae; ou Philosophiae. Na Faculdade de Sciencias: Mathematicarum Scientiarum; ou Historiae Naturalis.

⁴ As palavras laudabiliter et honorificè omitem-se, quando o Licenciado haja obtido, apenas, a classificação de Suficiente.

⁵ Ou Ollisiponensis; ou Portucalensis.

⁶ Ou Liberalium Artium.

⁷ Ou Ollisipone; ou Portucale.

⁸ O selo da Universidade, impresso em ctra vermelha, é resguardado em caixa de prata, e pendido do pergaminho por larga fita de seda da cor, que tradicionalmente designa a respectiva Faculdade: azul escuro, a de Letras; e azul claro, a de Sciencias.

Paços do Governo da República, 14 de Janeiro de 1920. — O Ministro da Instrução Pública, *Joaquim José de Oliveira*.

MINISTÉRIO DO TRABALHO

11.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Portaria n.º 2:123

Com fundamento no artigo 2.º do decreto-lei n.º 5:782, de 10 de Maio de 1919, ao abrigo do disposto no artigo 2.º do decreto-lei n.º 5:174, de 26 de Fevereiro do mesmo ano: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Trabalho:

1.º Que pela verba destinada, no artigo 34.º, capítulo 17.º, do orçamento da despesa extraordinária do Ministério do Trabalho para o ano económico de 1919-1920, ao pagamento de subsídios e despesas de material e outras relativas à crise de trabalho, seja concedido à Junta da Freguesia de Perozinho, do concelho de Vila Nova de Gaia, o subsídio de 1.000\$ para auxiliar as obras de ampliação do cemitério da mesma freguesia.

2.º Que a referida importância seja processada pela Repartição da Secretaria Geral do Ministério do Trabalho, nos termos da portaria n.º 1:796, de 27 do referido mês de Maio.

3.º Que a mencionada corporação administrativa envie mensalmente à 11.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública os documentos justificativos da aplicação da importância do citado subsídio.

Paços do Governo da República, 14 de Janeiro de 1920. — O Ministro do Trabalho, *José Domingues dos Santos*.